
040ª SESSÃO ORDINÁRIA 11MAIO2017

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 10 de maio de 2017.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Airto Ferronato, Márcio Bins Ely e Dr. Thiago, à Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Airto Ferronato, Márcio Bins Ely e Dr. Thiago, à Emenda nº 02 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós temos, na 2ª Sessão de Pauta, no derradeiro momento da discussão preliminar, três projetos de lei sobre os quais me atrevo a oferecer breves considerações. O primeiro deles, de autoria Ver. Dr. Thiago, obriga as empresas que fornecem energia elétrica, telefonia, comunicação de dados, televisão a cabo ou outro serviço, por meio de rede aérea, a realizar a identificação de seu cabeamento. O segundo, de autoria Ver. Rodrigo Maroni, concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao jornalista, escritor e poeta Fabrício Carpinejar. E finalmente, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, denomina Rua

Leo Antão Rigon o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seis Mil e Quarenta e Seis, localizado no bairro Lomba do Pinheiro.

Mantenho-me mais na consideração do primeiro dos projetos constantes da 2ª Sessão, o que fala da necessidade da realização da identificação plena do cabeamento das empresas já arroladas na emenda e que outras não são senão aquelas que, de certa forma, batem no cotidiano de todas nós, eis que todos nós hoje somos consumidores de energia elétrica ou temos televisão a cabo ou temos qualquer tipo de vinculação com fibra ótica ou coisa dessa ordem que, com frequência, temos interrompido o fornecimento do serviço com explicações técnicas que nem mesmo aqueles que têm alguma penetração, algum conhecimento na área técnica têm dificuldades de aceitar. O projeto do Ver. Thiago tem estas finalidades: dar maior clareza, propiciar maior segurança a todos aqueles que vivem essa circunstância e que, de um momento a outro, com frequência comum, acabam tendo que suportar determinados transtornos no seu cotidiano em função do mau funcionamento desse serviço. É tecnicamente uma grande contribuição para que se restabeleça a normalidade, para a comunidade, da segurança e da firmeza no fornecimento do serviço já anteriormente por mim referido. O Ver. Dr. Thiago, meu colega de bancada, propõe esse projeto que seguramente haverá, ao ser encaminhado ao exame das Comissões, merecer uma tramitação tranquila e célere para que bem breve nós possamos estar sobre ele decidindo, colocando-o em votação e permitindo que a Casa o consagre pela soberania do voto e pela grande maioria, senão, a totalidade deste plenário.

Da mesma forma, um breve comentário sobre a proposta do Ver. Maroni de conceder a titulação de Cidadão de Porto Alegre ao jornalista, escritor e poeta Fabrício Carpinejar, sobre o qual são desnecessárias maiores considerações. Resta-me, tão somente, cumprimentar o autor pela sensibilidade de ter buscado nesse invulgar integrante da intelectualidade do Rio Grande, da nossa vida poética e, sobretudo, da nossa vida literária, na melhor das expressões, essa evidência do seu nome através da concessão da titulação aqui proposta é, a um só tempo, não só um reconhecimento da qualidade do trabalho profissional que o mesmo desenvolve, de sua sensibilidade como homem de letras, mas, sobretudo, uma maneira pela qual a Casa evidencia um belo exemplo a merecer o aplauso de toda comunidade. Por isso, Ver. Tarciso, sabendo que V. Exa. é o Presidente da Comissão de Cultura, Educação e Esportes, há de convir conosco que a

proposta é meritória e digna de apoio. Haveremos de buscar, nesse período de tramitação regimental necessária e obrigatória, dar as melhores condições para que a proposta do Ver. Maroni possa ser brevemente consolidada. Era isso, Sr. Presidente, com comentários neste período de discussão preliminar de Pauta que, com muito prazer, ofereço à Casa neste dia e nesta hora. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Cassio; boa tarde colegas Vereadoras e Vereadores; colegas funcionários; público que nos assiste pela TVCâmara; pessoal da Fazenda, que está aqui presente, quero fazer uma saudação especial. Vocês estiveram mobilizados, em nome do Felipe, esteve uma comissão aqui, durante toda a semana, falando com os Vereadores, e eu sempre acho importante a organização. Eu acho fundamental o setor se organizar, e é uma forma política de vocês manifestarem as suas opiniões e trazerem à discussão. Pegaram-me aqui, no corredor, umas quatro ou cinco vezes pelo menos, e sei que meus colegas também. Então vocês têm o meu incondicional apoio, carinho e observação no que vocês quiserem discutir.

Com relação à questão do tema, Presidente Cassio, eu queria falar de forma muito carinhosa sobre essa homenagem que vou fazer, não ao poeta, ao escritor, à pessoa sensível que é o Fabrício Carpinejar, mas à pessoa humana que eu conheci. Para quem não sabe, eu conheci o Fabrício Carpinejar de forma absolutamente fora da política, do âmbito público, da vida pública. Além de ser poeta e um escritor de uma sensibilidade refinada – e estou falando isso de todo o coração –, ele é meu amigo e um dos melhores jogadores de futebol que eu conheci. Ele joga futebol muito melhor do que eu, tanto que eu joguei algumas dezenas de vezes com ele, e ele me exclui do time de futebol, porque eu era muito ruim. Tinham uns quatro ou cinco no time e acabei não sendo mais convidado, mas permaneceu a amizade. É uma pessoa cuja casa eu frequento, é uma pessoa cujos filhos eu conheço, é um pai exemplar, e como eu não poderia deixar de dizer, toda a sensibilidade que nós temos é parte fundamental da nossa vida. Ele nasceu lá em Guaporé, e o avô dele é um amigo especial da minha família, é um cara que não

tem constrangimento nenhum em ser autêntico. E isso me faz admirar o Fabrício, ele ser absolutamente a pessoa que é, um cara que aperta a bunda da mãe dele no aniversário; a mãe dele é daquelas mãezonas, gente boa. É um cara que leva os filhos... Que trabalha contra qualquer tipo de preconceito, um cara aberto, com amizades das mais diversas, tatuador, cabeleireiro, gente do futebol, gente dos jornais, mas é uma pessoa humana muito simples. No primeiro contato que tive com ele, em 2008, foi ao me inscrever em um curso para aprender a escrever, o qual acabei não fazendo. Inclusive não sei escrever e não tenho o menor talento para poesia como ele. Eu queria dizer, Fabrício, que tu muito me inspiras e te dar esse título na Câmara de Vereadores, para mim, talvez, seja uma das maiores coisas que farei na Câmara. Quero também dizer que seguramente é o título mais importante que vou dar, por tudo que tu representas não só para mim, mas para milhares de pessoas do mundo que seguem as tuas poesias, teus livros e o que tu escreves, que tão bem expressa coisas que muitas vezes sentimos, mas não conseguimos expressar.

Eu trouxe dois breves trechos que acho importantes e, apesar de não saber escrever, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Apesar de não saber escrever, sou canceriano nato. Sei que muita gente não acredita em horóscopo, mas, como canceriano nato e talvez por ser de família italiana, tenho um jeito muito afetivo. Alguns acham que sou um cara que transita entre a esquizofrenia e o *boderline*; outros apenas me veem como um cara feliz e alegre em tempo permanente, mas o Fabrício faz com que eu me enxergue, muitas vezes, nas suas poesias, tanto para os amigos quanto pela ironia, pelo amor. Como um cara romântico, quero declamar aqui duas frases que obviamente não são minhas, mas que acho muito bonitas: “Não há como esconder a infelicidade, temos a obrigação de ser feliz”. Essa é a primeira lei. Ela sempre escapa, por ironia. Tem outra muito linda: “Não lhe farei feliz sempre, mas prometo sempre estar atento para as tuas tristezas”. Eu dedico isso a uma pessoa muito especial na minha vida, além do Fabrício, assim como todas as pessoas que amam os amigos, que amam o amor romântico, que amam os seus pais, e

que fazem do amor a sua motivação de vida, o que acho fundamental. Sem amor e sem felicidade, não há ser humano que cumpra o seu papel aqui.

Eu estou apresentando uma emenda – e agora e vou para a parte mais política, que é a que eu também faço por amor, senão não estaria dentro nesta Casa – com relação aos animais. Chegou o projeto da reforma administrativa hoje, e eu estou apresentando uma emenda agora, a qual já estou assinando, no sentido de se retirar da reforma administrativa apresentada pelo Prefeito a Secretaria dos Animais.

Mais uma vez, eu convoco todas as pessoas sensíveis às causas animal. Nós estamos com um hospital público fechado, doado! Nós temos uma Secretaria que já é precária, sempre foi precária, de verba muito pequena. E eu convido aqui os servidores, funcionários, a olharem para essa Secretaria e fazerem essa discussão em família. É 0,9% do orçamento que era um hospital que poderia estar atendendo 250 animais. E nós voltamos para a batalha, eu espero que meus colegas, desta vez, não façam como fizeram no dia 02, votem na minha emenda. Esta emenda não é do Maroni, eu estou pouco me lixando com o nome que vai aparecer, eu até retiro o meu nome se alguém quiser reapresentá-la. Mas eu quero aprovar que a Secretaria dos Animais permaneça, porque, apesar de todos os problemas, é uma Secretaria que atende animais atropelados e que sofreram maus-tratos, animais de zoofilia. E é fundamental manter a Secretaria, Mauro, fundamental! Nós quase aprovamos, no dia 02, Ver.^a Fernanda, que a Secretaria se mantivesse. Agora é a hora, e por maioria simples, nós somos aqui 36 Vereadores. E eu quero dizer para vocês: nós precisamos de maioria simples, pela vida dos animais, que quintuplicou o meu trabalho! Eu atendo animais de todo o Brasil hoje. Lamentavelmente, a maior parte da Cidade não tem sequer... E eu vou apresentar os recibos do que eu gasto, amanhã, o que eu tinha feito como compromisso do meu reajuste de salário ser doado para os animais. Ninguém doa mais dinheiro para a sua causa do que eu, porque não estou doando o meu reajuste de salário, estou doando quase três vezes mais que meu reajuste de salário, quatro vezes mais, pelos animais, o que dá de 60 a 70% do meu salário, porque, hoje, a Secretaria não está sendo bem utilizada e, agora, estão querendo eliminá-la para acabar de vez.

Então, o meu convite, o meu apelo às pessoas que estão aqui: votem pela emenda, que as protetoras, as pessoas amantes dos animais se mobilizem, porque a guerra vem, de novo, para o plenário, Thiago. Eu espero que a gente vote para retirar a Secretaria dos

Animais. Eu vou dar a minha vida pela emenda. Talvez, se eu conseguir aprovar essa emenda, será a maior justificativa do meu mandato. É fundamental, pessoal, os Vereadores, lembrar que são vidas. Neste último minuto, Cassio, eu quero dizer que são vidas, cada um que votar aqui, que lembre do dia 02, novamente, pela extinção. É uma Secretaria precária? É. É uma Secretaria que não tem um funcionamento ideal? É. Nós temos que melhorá-la? Temos. Mas são vidas, cada dia que ela mal funciona, que morrem pela falta de Secretaria. Então, convido os meus colegas, de forma honesta, só na Secretaria dos Animais, a manter uma Secretaria pequena para que não vire um departamento e desapareça. Muito obrigado. E parabéns ao pessoal da Fazenda. Deus abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde a todos os colegas Vereadores, a todos os visitantes desta Casa. Gostaria de pedir licença a todos, embora seja um dia conturbado com um pauta cheia, para falar sobre um assunto que não está na pauta de hoje, mas que foi pauta constante no dia de ontem. E que é um assunto nacional, diz respeito ao Luiz Inácio Lula da Silva. Acho que é importante que fique claro que esse recado é direcionado ao Lula e a todos aqueles que seguem acreditando nesse bandido que ontem esteve prestando depoimento lá em Curitiba. Lula disse, recentemente, que só é trabalhador quem tem a carteira assinada, querendo insinuar que João Doria não era trabalhador. O João Doria replicou, dizendo que tinha carteira de trabalho desde os 13 anos. Pois essa é a resposta que João Doria deveria ter dado e não deu, e que aqui leio as palavras de Roberto Rachevsky: “Se Lula soubesse o quão trabalhoso é obter um alvará; emitir uma nota fiscal; contratar e manter um empregado; pagar todos os impostos; atender toda a burocracia estatal; satisfazer as exigências legais de toda espécie; resistir ao assédio de políticos, burocratas, fiscais e parasitas em geral; suportar o escárnio de sindicatos e juízes trabalhistas; e ainda atender as necessidades dos consumidores com todas as adversidades que o Governo pode criar para a economia, como a inflação, a incerteza jurídica, os juros exorbitantes. Jamais Lula diria que só é

trabalhador quem tem carteira assinada. Ninguém trabalha mais neste País do que os empreendedores, proprietários de negócio de pequeno, micro e grande porte, aqueles que assinam carteiras de trabalho de milhões de trabalhadores que ganham, assim, a oportunidade de prosperar apesar das dificuldades criadas pelo Governo, como foi o Governo de Lula e Dilma Rousseff. Sem empreendedores, sem empresários, sem empregadores para assinar carteira de trabalho, não haveria emprego e, portanto, carteiras de trabalho não teriam serventia alguma, a não ser para a retórica falaciosa de um ex-presidente corrupto e réu, cujo partido, o PT, com suas políticas equivocadas, com seu comportamento criminoso, fez com que centenas de milhares de empreendedores fechassem as portas, deixando de gerar empregos, criando, assim, milhões de desempregados. Lula e Dilma são responsáveis por transformar carteiras de trabalho numa coisa inútil. Sem empreendedores, sem empresários, sem empregadores, o Governo não teria de quem achacar para manter gente improdutiva como o Lula.” E aqui encerra Roberto Rachewsky.

E eu complemento: depois do depoimento que vimos ontem de Lula, acredito que ficou mais evidente a improdutividade de Lula, visto que ele não só reforçou não ter conhecimento de nada, não ter feito nada, portanto não tem nem conhecimento de suas ações – alega não ter –, como tentou imputar à sua esposa, Dona Marisa, a responsabilidade por suas ações e pelo seu triplex. É uma vergonha, e eu espero que justiça prossiga e seja feita neste País nem só para Lula, mas também a Dilma Rousseff como a todos os demais envolvidos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Presidente Cássio; colegas Vereadores; eu e o Ver. Matheus Ayres tivemos a oportunidade de, nesses últimos dias, presenciar um trabalho muito importante, que é o trabalho dos Observatórios Sociais no Encontro Nacional dos Observatórios Sociais que ocorreu lá na FIEP, em Curitiba. Gostaria de relatar aos colegas que o Observatório Social aqui se fez presente na Câmara, mas nós vamos ampliar essa parceria desse Observatório, o qual está trazendo várias ferramentas

que vão lutar por eficiência, transparência e fiscalização para o controle que a sociedade precisa, cada vez mais, ter de nós, servidores públicos, gestores públicos. Foi muito produtiva a ida até Curitiba, e gostaríamos de convidar os Vereadores – o Ver. Matheus Ayres e eu – para ampliar junto com o Observatório Social de Porto Alegre essa discussão de conhecer melhor o trabalho desempenhado por esses voluntários, em todo o Brasil, que vêm trazendo um aumento muito grande de qualidade e de economia aos recursos públicos. Então, quero dizer que foi uma honra ter representado a Casa e relatar aos senhores que estamos redigindo um relatório que em breve será enviado por *e-mail* para todos os Pares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ainda que me seja tentador comentar o dia de ontem, sobre o espetáculo tétrico que nós vimos de um dos maiores criminosos da história do Brasil mentindo por cinco horas cinicamente para um juiz, um espetáculo em cadeia nacional, quero, Sr. Presidente, falar do amanhã, mais precisamente do depois de amanhã.

No próximo sábado lembramos o dia em que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea que acabou com a escravidão no Brasil. Uma grande marca no nosso País, que foi o último da América Latina a abolir a escravidão em 13 de maio de 1888. E um lembrete para que os que pensam que não existem grandes mulheres nos maiores cargos do nosso País, nós temos a maior de todas em toda a história, que foi a Princesa Isabel, que abriu mão de um trono para libertar os negros do Brasil. Penúltimo País, em toda a América, a libertar os escravos. Nos Estados Unidos da América, a abolição da escravidão foi um dos temas de uma guerra e de um partido, que foi fundado para que se conquistasse esse grande avanço da liberdade naquela nação, que nasceu em nome da liberdade. O Partido Republicano, um dos mais tradicionais e atualmente na presidência do País, surgiu para defender a liberdade dos escravos frente ao Partido Democrata, que queria a permanência da escravidão.

Pensamos que o fim da escravidão é uma simples questão econômica ou política e nos esquecemos de que, por trás de tudo isso, existe uma concepção de ser humano. Por trás da monarquia, assim como por trás de uma república ou de uma democracia, existe uma concepção de ser humano, porque toda ética pressupõe uma antropologia.

A Lei Áurea foi uma lei com dois artigos e foi debatida por três dias consecutivos, o que mostra que a nossa política não anda muito longe da política da época, Ver. Flecha Negra. Um dos grandes temas que foi debatido foi a questão da indenização dos fazendeiros e a possível crise que acarretaria nas fazendas com a abolição da escravidão. A tal ponto era o pensamento da época, que se acreditava que as pessoas podiam ser donas das outras e que o ser humano poderia ser uma coisa, uma mera propriedade.

Foi assim em 1887 que o pronunciamento favorável à abolição partiu no seio da igreja católica. A igreja se mantivera fora das questões políticas após a expulsão dos jesuítas do Brasil. Lembro o motivo por que se deu tal expulsão: os missionários jesuítas haviam estabelecido missões com os índios, catequizando, e eles gozavam de forte prosperidade econômica e social. Contudo, a pressão para que se conseguissem escravos e a inveja das missões jesuíticas causou sua destruição pelo governo espanhol, e a expulsão dos jesuítas foi bem articulada pelo Marquês do Pombal.

A tal ponto era a discussão sobre a escravidão, que muitos intelectuais diziam que os índios e negros não eram humanos e que, se fossem, seriam de uma categoria menor, posição muito próxima a de Karl Marx e totalmente contrária a que a igreja mostrou, a humanidade dos índios ao torná-los cristãos.

Nesse sentido, a Princesa Isabel foi avisada de que, caso libertasse todos os escravos do País e proibisse a escravidão, ela perderia o Império. Contudo, a Princesa afirmou que “mil tronos eu tivesse, mil tronos eu daria”. Uma mulher, uma grande mulher que tomou uma grande decisão para a libertação de homens e mulheres, brasileiros e estrangeiros. Isabel, a redentora, foi contra as recomendações, contra muitos dos poderosos da época, libertou os escravos e perdeu o seu trono, como assim predisse. A monarquia brasileira, ao contrário do que muitos dizem por aí, foi um centro de virtudes e moral que emanaram pela nossa Nação. Essa decisão da Princesa Isabel, sua última, nada mais mostrou do que isto: preferia ver o povo livre a manter o poder para si. Muito ao contrário dos defensores da democracia moderna, que roubam o dinheiro do povo para manter o

próprio poder e mentem cinicamente para juízes, num espetáculo ao vivo para a nação. Tal foi o exemplo de Princesa Isabel, que, antes mesmo da Lei Áurea, já financiava a libertação de escravos e acolheu diversos fugitivos em sua casa. Ela inclusive elaborou um esquema para permitir que os escravos de muitos latifundiários escapassem dos alcoses para a liberdade. Todos sabemos que no Brasil a monarquia acabou, vivemos numa república. Contudo, poucos percebem que recebemos como testamento a liberdade para grande parte do povo brasileiro, em particular do povo negro; liberdade essa que foi profundamente inspirada pela moral e os valores cristãos da época, que a Princesa Isabel possuía e pelo tanto quanto ela lutou. Liberdade que precisa, hoje, na América Latina, de eterna vigilância.

Presidente, deixo aqui a minha homenagem à redentora, à grande responsável pela libertação de milhões de brasileiros que jaziam sob a escravidão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores, Vereadoras, Presidente Cassio, colegas municipais e queridos recicladores e recicladoras da cidade de Porto Alegre que hoje vão construir um tempo maior para a sua dignidade e seu trabalho serem preservados. Neste momento das lideranças, vamos tratar dos temas mais gerais, e eu falo aqui em nome da Bancada do PT – Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Aldacir Oliboni e Ver. Adeli Sell. Quero falar dos ataques que os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil inteiro e também aqui de Porto Alegre estão sofrendo, em nome de um ajuste que responde ao mercado financeiro, para que não haja redução de lucro, os trabalhadores pagam a conta desse momento de crise. Uma crise do capitalismo que começa a mudar no mundo, mas aqui no Brasil, uma crise política, um estado de exceção, um golpismo. Estendem a crise para realizar o projeto que não seria eleito pelas urnas, que é um projeto de retirada brutal de direitos, de desregulamentação total do trabalho, retirada da tutela, da proteção de quem vive do trabalho e uma morte à previdência dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nós tivemos, na segunda-feira, uma aula do colega Dalvin, um colega atuário que se dispôs a estar na reunião da Frente Parlamentar, e do Deputado Pepe Vargas, que está

na Comissão Especial do Congresso Nacional. E essa aula, Vereadores, foi uma aula que, para mim, inclusive, ensinou novas coisas, porque nós não tínhamos noção da reforma da previdência. Ficamos, muitas vezes, falando somente do tempo de contribuição e da idade, mas é bem importante que todos saibam que a votação na Comissão Especial terminou com a possibilidade de qualquer trabalhador deste País levar o seu salário integral. Por quê? Porque a fórmula do cálculo agora é sobre 100% das contribuições. E nós sabemos que as primeiras contribuições, nos primeiros anos, são de salários mais baixos. Todos nós temos carreira ou passamos por empregos de menores ganhos e essas contribuições entrarão no cálculo, portanto ninguém vai chegar mais a ganhar o último salário.

Segundo dispositivo: o fim da paridade. As aposentadorias, os aposentados, os seus reajustes estarão vinculados ao reajuste do INSS e não mais aos reajustes, às mudanças que tiverem o seu cargo correlato na ativa. Acabou o que hoje tem de conquista da ativa chegar aos aposentados! Será a fórmula do INSS que reajustará as aposentadorias. O teto do INSS passará ser o teto para todas e todos os trabalhadores do País, não importa se de regime próprio, se de regime geral. Isso tem um objetivo muito claro, que é estimular e implementar a reforma, o fundo suplementar de previdência, a previdência suplementar. Complementar ou suplementar, como queiram. E lá na comissão também se aprovou que os municípios, estados e entes deverão fazer licitação para previdências complementares privadas, então nós sabemos que o objetivo desta reforma também é para entregar, sim, fatias da renda do trabalhador para os fundos privados. Sobre a idade para se aposentar, todos estamos assistindo, houve uma mediação de 65 e 63 anos para as mulheres, mas chamo atenção que progressivamente vai aumentando o ano para a aposentadoria. Chamo atenção que ressaltaram os professores e as professoras, agora eles ficaram com 60 anos, sendo que as mulheres professoras, que são a grande maioria deste Brasil, hoje tem a idade de 55 anos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Só na idade teremos aumento de cinco anos de todas as outras formas. E quero, inclusive, dizer para quem fala: “Ah, vou ficar tranquilo porque eu pego regra de transição”, a regra de transição não retira o funcionário ou funcionária da nova fórmula de cálculo da previdência, portanto todas as contribuições. É muito grave isso, é um acinte, uma violência brutal com os trabalhadores deste País se considerar o que foi provado e

comprovado, e mais do que provado que a previdência pública é superavitária. E a CPI da Previdência começa a mostrar que os grandes vilões da previdência são os grandes empresários, ou pequenos, ou falcatuas, que devem muito para o INSS, que confiscaram do trabalhador, que descontaram do trabalhador e não depositaram para o INSS milhões, bilhões. Portanto, o Brasil, o País, tinha que aprender a cobrar essas dívidas com a previdência, colocar os recursos dos impostos previstos para a previdência social na previdência social e não massacrar o povo brasileiro que vive da força do seu trabalho. Todos à luta porque o que nos pega aqui embaixo está pegando diretamente lá de cima. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todas e todos, eu quero cumprimentar os nossos carrinheiros e carroceiros que nos acompanham na tarde de hoje. (Palmas.) Espero que a gente vote por unanimidade um projeto tão importante para vocês, que é um projeto do direito ao trabalho e à extensão do prazo para entrar em vigência a lei que proibiu os carrinhos na cidade de Porto Alegre. Quero cumprimentar os municipais e as municipais, os Vereadores e as Vereadoras e, ao mesmo tempo, antes de entrar no tema que me traz à tribuna, que é o pacote do Marchezan e o tema da previdência e da reposição da inflação, eu queria apenas fazer uma correção, porque não se pode deixar passar em branco um debate sobre a história.

Embora seja passado, no passado, ainda tem muitos temas que se refletem no futuro e no presente. Não é à toa que, no jornal Zero Hora de hoje, saiu uma matéria mostrando a desigualdade dos negros em Porto Alegre e mostrando como a nossa Cidade é um lugar desigual para se viver. Quando o Ver. Wambert fala na tribuna, que a Princesa Isabel foi quem garantiu a abolição da escravização no Brasil, confesso para vocês que eu fiquei pasma. Fiquei pasma, porque o Brasil, se é para homenagear uma mulher, deveria homenagear a Dandara, Zumbi dos Palmares, os que resistiram nos quilombos, os que lutaram contra a escravização, Ver. Tarciso, e os que, desde 1798, fizeram a Conjuração Baiana, uma das primeiras revoltas contra a escravidão. Ou em 1835, a Revolta dos

Malês, que foi brutalmente reprimida pelo Império e que pautou o fim da escravização; ou discutir as manobras que o Império usou para tentar burlar as obrigações e a imposição da Inglaterra para acabar com a escravização. O termo “para inglês ver” surgiu justamente daí, porque, em 1838, eles fizeram uma lei, abolindo o tráfico de escravos, embora o tráfico seguisse existindo no Brasil. E o Brasil foi o último País a abolir a escravidão e a aboliu a partir da resistência e da luta dos negros e das negras e não por nenhuma bondade da Princesa Isabel. Mas é preciso resgatar essa história, não só na história de luta do nosso povo, mas também na nossa cidade de Porto Alegre, com a Cidade Baixa e com os espaços constituídos historicamente, como espaço de resistência do povo negro, meu colega Ver. Tarciso. Então, eu não posso deixar passar essas barbaridades históricas aqui da tribuna, assim como a tentativa de atribuir qualquer atitude de ataque ao Marx e aos socialistas. Os socialistas brasileiros foram os primeiros, Ver. Alex, em falar em república e em falar em combate à escravização. Então, por favor, sejamos mais sérios na tribuna da Câmara Municipal.

Em segundo lugar, quero trazer o tema do pacote. A Sofia falou corretamente da reforma da Previdência e dos ataques ao conjunto da classe trabalhadora, e nós, aqui em Porto Alegre, estamos vivendo um ataque brutal no que diz respeito ao pacote enviado pelo Marchezan para a Câmara de Vereadores. Primeiro porque uma das leis revoga a necessidade de os municípios e as municipais ganharem a reposição da inflação, não estamos nem falando em garantia de reposição das perdas, é a reposição da inflação, prezado Raul. O Governo Fogaça foi quem mandou o projeto retirando a bimestralidade, para a Câmara de Vereadores, que exigia a reposição da inflação. Portanto a categoria já estava perdendo um direito quando garantiu a reposição da inflação e agora isso, Everaldo – também quero cumprimentar o Sindicato dos Municípios, os representantes do HPS, do Cores e da Banda Municipal –, até isso eles estão querendo revogar, neste momento.

No mesmo pacote, eles mandam o projeto que aumenta a alíquota paga pelos trabalhadores para o Previmpa, de 11% para 14%, para fazer caixa – isso está na Exposição de Motivos! Não é para garantir aposentadoria, é para fazer fluxo de caixa, fazendo um confisco de uma parte do salário de vocês, isso é inaceitável e inadmissível! Terá não só o nosso voto contrário como a nossa luta contra, sistematicamente, aqui na Câmara Municipal. Mais do que isso: no mesmo pacote que o Governo ataca, fazendo

esse confisco, na prática embolsando 8%, entre inflação e aumento do Previmpa, do salário dos trabalhadores, pede autorização à Câmara para pedir um empréstimo de R\$ 120 milhões para pagar as obras da Copa. Nós, quando votamos o projeto de isenção, quando todos falavam que a Copa ia ser às mil maravilhas, só faltavam prometer gol, já falávamos do risco do desperdício de dinheiro público. Agora, apesar de já terem sido gastos R\$ 120 milhões nas obras da Copa, querem mais um empréstimo para pagar essas empreiteiras para concluir essas obras discutíveis enquanto massacram o conjunto dos trabalhadores. Haveria muitas alternativas, como a questão do Refis, como a questão do empréstimo para garantir direitos, garantir investimentos nas áreas sociais, como aumentar a taxa sobre os especuladores, sobre os vazios urbanos, sobre os mais ricos, mas o Governo tem um projeto, que é um projeto neoliberal, que é um projeto de ataque aos trabalhadores, que é um projeto que, ao mesmo tempo em que manda esse pacote de ataques, quer conceder uma verba de representação num salário de R\$ 12 mil para Secretários do Município de origem de outros órgãos. Não com o nosso voto, não com o nosso apoio; sim com a nossa resistência e com a nossa luta contra essa injustiça e contra esse pacote.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham, nas galerias da Câmara de Vereadores, os trabalhos na tarde de hoje, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara. Eu venho à tribuna em tempo de oposição, falo em nome dos meus colegas Vereadores do PT e do PSOL para destacar um dos pontos em que a nossa Cidade parece ter sido congelada no tempo. Há muito e muito tempo, nós temos problemas crônicos com relação aos serviços prestados pelas empresas de transporte público nesta Capital. Essas empresas, ao que tudo indica, conseguiram construir, historicamente, na nossa Cidade, Capital dos gaúchos, uma espécie de poder paralelo que se impõe para garantir os seus lucros às custas dos serviços prestados à população. Falo isso porque há o direcionamento de algumas práticas estabelecidas pela Prefeitura, em especial pelo comando do grupo que trabalha

com essa parte do serviço público, da EPTC, dando anuência a algumas práticas que são terríveis. Existem diversos relatos, várias denúncias que chegam até os nossos gabinetes de tabelas horárias que não estão sendo cumpridas, e, se elas não estão sendo cumpridas e as empresas não estão sendo punidas por isso, porque deveriam honrar com o serviço que deveria ser prestado à população, há anuência da Prefeitura pela falta de fiscalização. Isso faz com que muitos trabalhadores e estudantes fiquem tempo excessivo esperando pelo transporte público para o deslocamento nesta Cidade. Além disso, a EPTC está dando anuência para o corte nas tabelas horárias, principalmente em horários bastante específicos. Eu trago o caso da Lomba do Pinheiro que chama bastante a atenção. Existe redução nas últimas viagens na tabela horária e isso está prejudicando muitos alunos e professores que trabalham na periferia da nossa Cidade. Os alunos da Escola Rafaela Remião, uma escola estadual da Lomba do Pinheiro, encontram problemas no deslocamento de retorno às suas casas. Se a Prefeitura não ficar atenta, essas pessoas, ao perder o ônibus, muitas vezes precisam se deslocar quilômetros a pé. E com o problema da insegurança pública na nossa Cidade, estão sujeitos a serem mais uma vítima da violência.

Outro problema que a população da Lomba do Pinheiro e da Zona Leste como um todo vem enfrentando é a questão da baldeação proposta para algumas linhas, e isso, de acordo com relatos da assessoria técnica da EPTC, tende a se aprofundar. Pois eles estão fazendo testes, exames e estudos para a verificação de mais cortes de linhas que se deslocavam ao Centro e agora vão deixar os seus passageiros em terminais para transbordo. Retirei dados de uma reportagem do Correio do Povo deste mês que já está sendo implementado, em sistema de testes, a baldeação para as linhas Herdeiros, Ipê 1 e 2, Jardim Bento Gonçalves e São Caetano. Associado a isso, temos também um problema com relação à possibilidade da Prefeitura revogar a gratuidade da segunda tarifa. Os usuários dessas linhas serão obrigados a fazer baldeação e pagar pela segunda viagem, pois não poderão concluir o seu itinerário até o final da linha original, geralmente, nas regiões centrais desta Capital. Portanto, isso coloca um peso financeiro muito negativo nas famílias que, geralmente morando na periferia da Cidade, têm menos recursos para gastar com o seu deslocamento. Esse é o tipo de cidade que todos nós cidadãos queremos? Eu não acredito!

Já houve este ano aumento da tarifa do transporte público. Não era o aumento desejado pelos empresários de ônibus desta Capital – não era! Eles, inicialmente, propuseram um reajuste para R\$ 4,30. Como não conseguiram o que desejavam, pressionam a Prefeitura, e a Prefeitura cede para garantir esses lucros. Cede de que forma? Concedendo benefícios, fazendo vistas grossas na fiscalização dos itinerários, das linhas, faz vistas grossas, permitindo a possibilidade do transbordo, revoga a segunda passagem. Isso é ruim para a Cidade. E é isto que o Prefeito Marchezan e o seu corpo técnico está fazendo: acabando com os serviços públicos e destruindo o ruim, o péssimo serviço de transporte que aqui temos. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra esta com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; carrinheiros, que estão aqui e nos assistem; também os servidores municipais; subo a esta tribuna por dois motivos. O primeiro motivo é pelo Dia das Mães, que ocorre no próximo domingo. Quando eu chequei aqui aos 22 anos e já estava no Grêmio, a minha mãe veio a falecer. Todos nós devemos muito a nossa existência a essas grandes mulheres, que são as nossas mães. Então, feliz Dia das Mães para todas. Eu quero dizer aqui, Fernanda, quando tu disseste que ficou pasma; eu também, quando fala da Princesa Isabel. Por que não falar da minha bisavó, da minha mãe, da Dandara, que foram as negras que lutaram neste País? A história do negro, neste País, é uma história mal contada. Essa história não teve um final feliz, porque, quando deram a liberdade ao negro, tinham que ter dado a educação e outras coisas que os negros mereciam. Por isso há cinco anos, eu estou com a Lei do Museu do Negro aprovada, para falar sobre os negros no Rio Grande do Sul, o que os negros aqui fizeram, e não consigo fazer esse museu. Onde seria o Museu do Negro? O marco seria na Praça da Redenção; ou no bairro Cidade Baixa; ou no Mercado Públicos – lugares que têm tudo a ver com o negro. Mas, não, os lugares que me ofereceram não são lugares para se colocar o Museu do Negro; tem que ser um lugar que conte a história verdadeira do negro. Em Minas Gerais, temos um museu do negro aberto, que é a cidade de Ouro Preto; ali conta a

história, o que representam os negros, a chegada dos navios negreiros no Rio de Janeiro, assim como a minha bisavó contava. Então, Ver. Wambert, eu respeito muito, mas não aceito isso. Isso me entristece, porque vemos o que o negro trouxe para este País, foi uma das raças que construiu este País. O negro trouxe para este País muitas frutas, muitos pratos típicos da África, como a feijoada; e as religiões. E apesar dessa história triste do negro, eu tenho uma alegria, porque os nossos antepassados ajudaram a construir este País chamado Brasil – esta é a verdade. Mas vou continuar lutando, porque a minha vida no Grêmio foi lutar para chegar a campeão do mundo, e vou lutar para que o Museu do Negro seja feito em Porto Alegre, na Capital do Rio Grande do Sul, contando a história verdadeira para os nossos filhos, para os nossos netos e não só para os negros, mas para todos, que a gente acabe de vez – de vez !– dando um chute no preconceito racial, só assim a gente vai conseguir. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16.

(15h21min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 288/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLL nº 288/16.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 288/16, à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLL nº 288/16. Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 288/16. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade dos Vereadores João Carlos Nedel, André Carús e Cláudio Janta.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Wambert, o PLL nº 288/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM**.

Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, à Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16.

Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, à Emenda nº 02 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que sejam votadas em destaque a Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; a Emenda nº 02 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; a Emenda nº 03 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; a Emenda nº 01 ao PLE nº 040/16; a Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; a Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; a Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16.

Em discussão o PLE nº 040/16. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Tenho falado deste projeto desde que ele foi enviado, no final do ano passado, ainda pelo Governo Fortunati, a pedido do Prefeito eleito Marchezan. Nós temos a convicção de que é de fato um absurdo que em tempos em que nós vivemos a maior crise econômica da história do nosso País, que nós tenhamos 14 milhões de desempregados no Brasil, que haja cortes nas áreas sociais tão importantes à população, venha um projeto que cria uma verba de representação para os

Secretários oriundos dos órgãos do Estado. Uma verba de representação que a princípio era no mesmo valor de um Secretário Municipal, totalizando R\$ 12.900,00 e que no substitutivo fica em torno de R\$ 10.000,00, causando um impacto de, no mínimo, R\$ 250.000,00 por ano, imediatamente e, ao mesmo tempo, uma lógica extremamente complicada. Dia sim, dia também, o Marchezan ameaça o parcelamento do salário dos servidores. Todos os dias. Todos os dias há uma notícia nova com relação à tentativa de aterrorizar os servidores públicos municipais que têm trabalhado com a faca no pescoço. Mais que isso: veio um pacote para a Câmara Municipal que tira a reposição da inflação – obrigatória aos servidores municipais, que não significa aumento real do salário, significa apenas reposição das perdas, e, no mesmo pacote, um que pega 3% a mais do valor pago do Previmpa, configurando um verdadeiro confisco do salário dos servidores municipais para fazer caixa para a Prefeitura de Porto Alegre. E nesse contexto o Governo manda, para nós, esse projeto que cria a verba de representação, com dois argumentos. O primeiro deles é que isso é concedido aos secretários adjuntos e aos diretores de autarquias. Mas nós sempre fomos contra até a figura do secretário adjunto! Foi uma excrescência política criada pelo Governo passado para acomodar os partidos da base aliada e não para melhorar a qualidade do serviço público na Prefeitura e no Município de Porto Alegre. Nós, inclusive, quando houve a reforma administrativa, fizemos uma emenda revogando todos os secretários adjuntos, o que dirá a verba de representação! Ou mesmo a questão dos diretores. Dois erros nunca fazem um acerto. Se os outros ganham é preciso retirar as verbas de representação dos secretários adjuntos e não conceder aos outros secretários. O segundo argumento seria uma valorização de talentos, e eu não quero entrar nos méritos desse projeto que veio carimbado, porque tem dois secretários que são oriundos dos órgãos do Estado. Eu tenho o maior respeito pelo trabalho do Secretário Erno e, como talento, não temos dúvida de que ele é, de fato, comprometido historicamente com a luta do SUS, pelo seu passado, pela sua história. Então não é um debate individual, mas uma lei não é para um indivíduo, uma lei é para uma cidade, e, se ela for aprovada na tarde de hoje, ela valerá até ser revogada ou até não ser revogada no Município de Porto Alegre. O ano que vem poderemos ter 15 secretários oriundos de outros órgãos do Estado recebendo dois salários, um do órgão de origem e a verba de representação, que, convenhamos, é um salário bem alto, R\$ 10 mil, maior do que a ampla maioria, 95% dos servidores municipais

recebem, totalizando os dois, inclusive mais que o teto. Então, nós temos a convicção de que é necessário derrotar este projeto.

Votaremos contra o projeto e votaremos contra as emendas, com a convicção de que é inadmissível, em tempos como os que estamos vivendo, um projeto desse tipo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos acompanham nesta tarde, estou falando aqui em meu nome, e sei que falo também em nome do Ver. Paulinho Motorista. Eu, em especial, já tive a oportunidade – e a própria Ver.^a Fernanda falava do processo do ano passado – de manifestar a minha posição favorável ao projeto por uma questão muito simples, Ver. Cecchim: está correto o Prefeito Marchezan quando manda o projeto para cá, por uma questão bastante simples. Quando um Secretário assume, de qualquer ente, ele chega no Município recebendo o vencimento de Secretário; se chega no Município um funcionário do Estado como eu, recebe zero. O adjunto recebe, o Secretário, não.

Eu era, em 2001, Diretor-Geral da Escola Fazendária no Estado, e tinha a minha remuneração como Diretor-Geral da Escola Fazendária. Quando fui para o DEP, lá eu recebia zero. Tem cabimento?

Se sou adjunto, recebo; se sou Secretário, não. Não tem cabimento. Portanto, o projeto, neste primeiro aspecto, ele vem para acertar.

Já tivemos colegas meus da Fazenda do Estado que chegam no Município e nada recebem de gratificação pelo cargo que vão ocupar, portanto está correto.

Outra questão é uma emenda que nós apresentamos. A emenda estabelece o teto do servidor público municipal no valor de 90% do valor recebido pelo desembargador, num limite de até 70%.

Nós, e eu, particularmente, trabalhei durante anos, quando fui Vice-Presidente da Afisvec, na busca de um teto único para o servidor público. Nós não podemos estabelecer diferenças entre o servidor público do Município, da União e do Estado.

Se nós aprovarmos o projeto, acertamos a questão da remuneração de todos os secretários municipais; e se aprovarmos a emenda – que é justa e é correta – alcança aquilo que universalmente nós, servidores públicos, pleiteamos: teto único!

Não é possível estabelecermos servidores de primeiro nível, de segundo nível e de terceiro nível. Se eu sou funcionário da União – e eu já fui – meu teto é A; se eu for funcionário do Estado é A menos um; e se eu sou funcionário do Município, com o que ganha o nosso Prefeito hoje, o meu teto é infinitamente menor do que o teto da União. Se isso prevalecer, com a União recebendo mais, o nosso funcionário público municipal vai estar a vida toda sonhando: eu venho para o Município efemeramente; eu fico aqui um pouquinho, mas a minha cabeça está no Estado e na União. Isso é muito ruim para as competências do Município, para a valorização do servidor municipal.

Temos uma emenda e a subemenda que inclui a Câmara, tenham consciência, meus caros Vereadores, votemos favoravelmente, pois estaremos votando pela valorização, pelo reconhecimento, pela grandeza que expressa o servidor público do Município de Porto Alegre. Eu não vou aqui falar em remuneração de Vereador e de Prefeito. Não está certa a vinculação com o Executivo, o Prefeito no caso! Não está certa com o Prefeito, com o Governador e com o Presidente da República, são cargos eletivos que podem, de uma hora para outra, reduzir os vencimentos. Se nós estabelecermos um teto do Poder Judiciário, como é o caso, um teto que seja igual, Estado e Município, nós vamos estabelecer uma belíssima paridade. Sou servidor do Município porque quero ser servidor do Município. Fui aprovado para isso e ali vou estar. Para concluir, lá em 1980, eu era fiscal da Receita Federal e eu vim para o Estado, por quê? Porque não havia essa diferença. Se nós mantivermos o que está hoje, nenhum servidor do Estado teria por sonho ir para o Município. E isso está errado. E todo o servidor do Município teria por sonho ir para o Estado. Vamos colocar essa equivalência que é positiva para a cidade de Porto Alegre. Eu disse isso no ano passado, repito agora, os projetos se entrelaçam e valorizam, meu caro, Presidente, vou concluir, os nossos Secretários todos e os nossos servidores do Município todos. Vamos votar “sim” à emenda, à subemenda e ao projeto. Um abraço. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 10 de maio de 2017.

Aprego Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que seja retirada a votação em destaque da Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; da Emenda nº 02 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; da Emenda nº 03 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; da Emenda nº 01 ao PLE nº 040/16; da Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; da Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16; da Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, essa é uma sessão muito importante para todos nós. Um assunto polêmico e que nos traz à reflexão. Nós não estamos aqui discutindo se vocês têm ou não direito, no mérito, até porque são belíssimos funcionários da nossa Prefeitura. Mas o momento por que atravessa a Prefeitura, e temos aqui diversos projetos tirando, principalmente, a reposição salarial do funcionalismo geral, o que será um embate muito duro aqui neste plenário, ao mesmo tempo, o aumento da alíquota da contribuição da previdência, de 11% para 14%. Fizemos, nesta semana, na Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Urbana um belo debate com as entidades, Previmpa, Simpa, e vamos chegar a um denominador colocando emendas, mas este é um debate mais para frente. Quero que vocês entendam que o momento não é propício para esse tipo de aumento, ele traz um problema sério, até porque, Ver. Ferronato, se na sua lógica... Inclusive estão fazendo ameaças, dizendo que se não for aprovado, a Prefeitura para. Mas aí pergunto: por que a Prefeitura chegou nesta circunstância? Ela já estava parada, ela já estava com suas finanças arruinadas, é o que diz e o que comprova o governo atual, e olha que está falando alguém aqui que é do partido do Vice-Prefeito, que foi quem assinou este projeto.

Mas não se trata de ser favorável ou contrário, mas de ser coerente: como depois vamos votar para retirar a reposição salarial de todos os funcionários do Município, aumentar a previdência, e agora aumentar o salário para dois ou três secretários? (Palmas.) Isso é uma incoerência enorme, e não vou passar por essa incoerência. E minha história vocês conhecem, fui Vereador, Deputado, e, ao menos a coerência, a honestidade e a transparência eu consegui manter neste tempo. Agora, não vou iludir vocês, seria muito fácil, aqui, num discurso simples, dizer que vocês merecem. Claro que merecem, mas não se trata do momento, o momento não é propício, e quando se colocam essas emendas que todo Vereador tem direito a colocar, prejudica mais ainda a questão. Então temos que refletir, essa Câmara não pode pagar esse mico. Nós temos embates duríssimos mais para frente. Nós vamos aprovar aqui a maioria dos projetos do Prefeito, mas alguns nós não vamos aprovar, porque são incoerentes com a realidade. Então, eu peço a reflexão dos senhores colegas. Nós somos independentes, mas não independentes para dizer que somos de um bloco independente; quando eu falo em independente, é ter opinião, ter coerência e atuar com a independência da Câmara, que tem que, sim, ajudar a corrigir, aperfeiçoar. Essa é a tarefa fundamental, com relação aos projetos do Executivo, mas não se ajoelhar ao Executivo! Então, acredito que este é um momento de reflexão de todos nós. Para nós passarmos por esta encruzilhada aqui, nós vamos ter outras duríssimas mais adiante, que vão penalizar toda a categoria do funcionalismo municipal e que nós vamos ter que, aqui, na tribuna, sustentar ou modificar ou aperfeiçoar ou corrigir e automaticamente fazer o debate. Eu não condeno nenhum Vereador, mas eu quero alertar que as circunstâncias, Ver. João Bosco, do Município, neste momento, não são propícias para um teto – os outros estão no piso e agora ainda queremos teto, para cima. É difícil! O momento é este. A Prefeitura não vai parar, não adianta ameaçar que vai parar, ela não parou e não vai parar. A Prefeitura é do Município, é do cidadão porto-alegrense. Não é com ameaça que vai, se é questão de arrecadação, a arrecadação caiu muito. Para dizer a vocês uma constatação, eu nem era Vereador e já sabia que, em 2015, o orçamento geral tinha superávit, e, final de 2016, tinha déficit. Mas será que ninguém se deu conta disso? Então, não se trata de nós separarmos Secretarias de outras, é nós termos o reconhecimento que o momento é grave. E a nossa Bancada, com a legitimidade, respeitando a peculiaridade de cada um, não conseguiu fechar uma opinião coesa, porque entende que isso é e se traz para o momento das circunstâncias de

Porto Alegre. Então, eu peço uma reflexão dos meus colegas de que o momento não é bom para nós darmos um aumento dessa natureza. Concluo dizendo que nós não temos condições, no momento, essa é a minha opinião, embora reconheça a capacidade de todos vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, servidores que nos acompanham aqui pelas galerias, eu inicio dizendo que eu também sigo a coerência dos dois pontos que nós iremos votar nesta tarde. Primeiro, Vereador, o Substitutivo, cujo projeto de lei já foi apresentado no ano passado, que é um tema que retorna a esta Casa – o Prefeito Fortunati e, se não me engano, o Prefeito Fogaça tentaram aprovar. Nós aprovamos que se há um servidor cedido para o Estado ele pode assumir um CC e 70%, isso está o.k. Por que o Secretário também não pode ganhar? Não há sentido nenhum; aliás, que dificuldade há em um prefeito poder contratar um bom técnico com o subsídio de um secretário. Impossível! O Prefeito Marchezan tentou, o Fortunati tentou, o Fogaça tentou, não há técnicos da qualidade e da exigência da gestão pública municipal disponíveis para assumir com esse subsídio. Então, o Prefeito se socorre de servidores do quadro estadual ou federal com experiência e que podem vir. Aí o camarada está lá no Estado, sai de lá e perde as suas vantagens; ele tem vontade de vir para cá, mas ele não pode assumir porque não ganha nenhum benefício. Ora, por favor! Quero dizer que pela coerência, Sofia, eu já votei favoravelmente à este projeto, perdemos, neste plenário. Quero dizer que eu votarei favoravelmente e com o Governo, porque eu acho que isso é necessário, porque eu acho que isso está errado. O que está equivocado é um Secretário ganhar R\$ 13 mil. Isso, pelo nível de responsabilidade, está errado! Erramos, não conseguimos fazer esse debate, porque está ali, tange à véspera da eleição, em que nós temos que estabelecer o subsídio dos Vereadores, que está defasado há muitos e muitos anos – o Ver. Dr. Thiago votou para aumentar, mas a Casa não consegue debater esse assunto. Aliás, vou mais longe: está defasado tanto para os Vereadores, Ver. Thiago, como para o Prefeito. O Ver. Nedel aqui e outros Vereadores já

apresentaram uma emenda para que o Prefeito pudesse ganhar R\$ 25 mil. Era véspera de eleição, Ver. Goulart, e a Casa novamente não conseguiu enfrentar o assunto, porque sabia que seria cobrada, Ver. Ferronato, nas ruas, na eleição, por um debate que é impossível de se fazer no momento. Que culpa tem os servidores que passaram aqui nesta Casa, que têm avanços nas suas carreiras, reconhecidos pelo esforço e pelo trabalho, porque nós não conseguimos fazer esse debate adequadamente naquele período?

Então eu quero dizer a vocês: voto favoravelmente às emendas, pela convicção de que o que foi conquistado é merecido. Aliás, eu quero grifar o trabalho que a Fazenda tem feito. Se não fosse a nossa Fazenda do Município, Porto Alegre estaria numa condição financeira muito pior, mas muito pior! O Secretário Leonardo esteve aqui, frente a frente. Eu disse: “Secretário Leonardo, o senhor terá que contar muito com essa corporação”. Porque, Ver. Cássia, que me antecedeu aqui na tribuna, o que houve são R\$ 200 milhões por ano que diminuíram devido aos repasses da União e do Estado. Só se manteve a folha em dia, com dificuldade e com esforço, porque nós tivemos uma corporação e a parceria da Procuradoria, que também fez o seu papel e garantiu que nós tivéssemos saúde financeira. Então voto com a coerência, voto pelo substitutivo, tenho certeza de que o Prefeito Marchezan vai entender. Isso deixará a nossa corporação trabalhando como sempre trabalhou, motivada, recebendo aquilo que conquistou e que nós aprovamos aqui. Eu poderia aqui enumerar vários itens que fizeram com que nós tivéssemos um incremento na receita capaz de enfrentarmos a pior crise que nós vivemos nos últimos anos. Vamos recordar: o Brasil só teve dois anos consecutivos de queda no PIB, acho que foi a primeira vez na história! Nem pós-crise de 1929! Nós estamos enfrentando a pior crise financeira da nossa história! Então a nossa corporação de servidores, técnicos do melhor nível, reconhecidos por nós, e que se depender da nossa vontade – Ver. Márcio Bins Ely, espero que V. Exa. também nos acompanhe –, nós iremos aprovar o substitutivo entendendo que se trata de coerência, e vamos aprovar essas emendas entendendo que se faz necessária para enfrentarmos todo esse momento de crise, com dificuldade, mas sabendo que vocês farão as suas partes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, alguns Vereadores que me antecederam se mostraram convictos sobre a decisão que daqui a pouco teremos que tomar. Quero dizer que eu não tenho nenhuma convicção sobre isso. Eu não quero polemizar com ninguém, mas vários de nós fomos secretários e perdemos todas as vantagens que tínhamos na Câmara, e fomos lá para servir a Cidade. Tenho certeza que todos que foram secretários, desde o PT, fomos lá para servir a Cidade. Agora vem um projeto para beneficiar apenas três secretários, sendo que um deles já ganha R\$ 18 mil. É pouco R\$ 18 mil para ser secretário? Eu fui Secretário da Copa com R\$ 13 mil! E aí esses secretários vão ganhar mais 70% do nosso salário! Aí o teto é R\$ 19 mil, ele vai para 20 e tantos! Bom, se vai dar o aumento para os três... O salário mais alto de um dos três tem que ser o teto! Ou dá para todo mundo, ou não dá.

Então, eu vou repetir aqui. Eu não estou convicto ainda com relação a isso. Estou conversando com vários colegas de todos os Partidos. Agora, eu quero repetir: eu pensei que as pessoas, quando aceitavam o cargo de secretário, iam lá para servir a Cidade! Eu pensei que iam lá para servir a Cidade! Um dos secretários que será beneficiado, já ganha R\$ 18 mil, mais 70%, ele vai para 20 e tantos mil. Ele vai ganhar mais do que o Prefeito! Eu não sou contra que ganhe bem, e tem que ganhar bem. Quem ganha mal são os que ganham R\$ 13 mil para ser secretário. Entende? Para ter a responsabilidade que tem! Agora não é desculpa dizer: “Olha, deixou o cargo no Estado...”. Deixou porque quis. Aceitou. Porque nós, quando saímos daqui, Ver. Ferronato, e V. Exa. foi secretário em mais de uma oportunidade e pôde, provavelmente, ter optado pelo seu salário de lá, e não precisou ter essa gratificação. O senhor é o maior exemplo de cidadania, que foi lá, com salário do Estado, servir à cidade de Porto Alegre.

Então, eu vou continuar conversando com os colegas de vários partidos para ver qual decisão vou tomar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, servidores que aqui estão hoje, eu sempre achei, Ver. Bosco, V. Exa. foi muito bem quando disse que precisa servir a Cidade; a gente está aqui para servir a Cidade. O salário do Vereador tem um teto, e não é um teto por um ano, é um teto para quatro anos; no nosso caso já estamos, há dez anos, com o teto, com o mesmo teto. Já tem goteira, já tem de tudo, mas o teto é o mesmo, está vazando água em toda essa cobertura aqui dos Vereadores, mas os servidores não têm culpa. Agora também eu estou muito preocupado, Ver. Mauro Pinheiro, será que, na reunião do secretariado, onde sentarão os três que ganharão os R\$ 20 e tantos mil ou R\$ 30 mil, e onde sentará o resto? Onde sentarão os três e onde sentará o resto? Como é que um secretário que trabalha tanto quanto ou mais do que um desses três vai se sentir, no final do mês? Eles também precisam de dinheiro; eles também têm família; eles também têm filho no colégio. Imagina só, acho que já tem que sentar separado na reunião do secretariado. Como é que ele vai se sentir? Vai se sentir um subsecretário, ou secretário de segunda linha. Nós vamos ter dois tetos, um para os secretários de primeira linha e outro para os secretários de segunda linha, mas isso é um problema que o Prefeito vai ter que resolver, e ele quis dar para nós resolvermos, porque a lei manda, se a lei não mandasse ele já teria feito. Agora, se os três podem passar todos os tetos, eu não vejo motivo nenhum para ter teto para os outros. Por isso, a Bancada do PMDB votará favoravelmente às Emendas. (Palmas.) E isso é fruto de uma longa discussão. Os Vereadores Valter Nagelstein, André Carús, Mendes Ribeiro, Comandante Nádia e eu fizemos uma discussão sobre o porquê das diferenças – o porquê das diferenças! E eu, particularmente, tenho mais um motivo: encontrei uns amigos da Procuradoria que estavam aqui. Se a Procuradoria está ganhando lá no Superior Tribunal de Justiça, por que a Fazenda fica para trás? A Fazenda tem que ter exclusividade na sua função! E trata também com muitos números. Então o nosso voto a favor das emendas é por convicção. Votaremos favoravelmente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na mesma linha do que externou aqui o Líder da nossa bancada, Ver. Idenir Cecchim, é importante que se diga que estar a serviço da coletividade é também atender o princípio da impessoalidade. E o princípio da impessoalidade – consagrado pelas Constituições Federal e Estadual – não pode admitir casuísmos, pois deixa de ser impessoal. E por essa razão, se estabelecer um teto casuisticamente, ou se conceder, como se pretende no projeto apresentado pelo Executivo, favorecer Secretários oriundos de outras esferas administrativas, bom, é justo também que se discuta o teto em seu todo sobre a Administração Municipal. E por essa razão, como também disse o Ver. Cecchim, nós exaurimos o debate sobre esta matéria, no âmbito da Bancada do PMDB, até formarmos o nosso juízo. Sabem o que vão dizer nas redes sociais, nos órgãos de imprensa? E, às vezes, fico até um pouco preocupado quando leio ou ouço alguma manifestação, sobretudo nas redes sociais, de representantes do Governo ou dos mandatários do Governo, é que ali não se está atendendo o princípio da impessoalidade ou ainda não se começou a governar a Cidade. E vão dizer que o nosso voto favorável às emendas é um voto a favor do corporativismo que quebrou o Estado, que só o Estado não presta, e que temos que buscar aquilo que vem de fora. É bem verdade que se defasaram estruturas estatais ao longo do tempo por culpa de algumas corporações; mas as corporações que reivindicam e se representam, se enxergam nessas emendas, são aquelas que podem recuperar a pujança do Estado e, neste caso, do Poder Público Municipal. Então, nós podemos melhorar a situação financeira do Município? Sim. Cortando despesas? Sim, desde que acompanhado de um processo eficiente de qualificação, de obtenção de receita e isso passa, fundamentalmente, pelo papel desempenhado pela Procuradoria-Geral do Município e também pelos servidores que atuam na Receita Municipal. Receita Municipal esta que foi criada nos últimos 12 anos de administração e fez com que vários servidores, com formação superior, pudessem lá oferecer as suas condições de incrementar a receita do Município. E aqui tivemos um bom debate sobre aquilo que é dito como crise pelo atual Governo e aquilo que são os números reais colocado pelo governo anterior. Vamos poder aprofundar ainda mais esta discussão na reforma administrativa que virá para esta Casa, na sua segunda etapa, assim como também vamos aprofundar nos oito projetos já apresentados pelo Executivo, que nós, inclusive, Ver. Cecchim, pela Bancada do PMDB, já apresentamos requerimento para realização de duas audiências

públicas. Uma sobre o reajuste da alíquota do Previmpa, que é um dos projetos; e outro sobre a derrubada da reposição da inflação do vencimento dos servidores. Nesta audiência pública, a população, os servidores e a Câmara Municipal terão a oportunidade de debater essas matérias. Então, eu me somo aqui à decisão da nossa Bancada. E não poderia deixar de encaminhar este assunto porque já fui também integrante do Poder Executivo nos últimos seis anos, e posso atestar a seriedade, a capacidade de trabalho e a tranquilidade que muitos dos servidores que estão aqui nessas galerias nos deram para tomada de decisões que, muitas vezes, são incompreendidas ou até mesmo desrespeitadas por aqueles que chegaram ontem na administração municipal e não conhecem, e também não querem reconhecer, o seu real funcionamento. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Presidente Cassio, caros colegas, servidores valorosos do Município, apenas a critério de esclarecimento, estou ouvindo, estamos discutindo ainda as emendas, tomando conhecimento, os Pares estão atuando, eu só queria deixar claro para que não haja distorções, porque vários embates aconteceram, e eu aqui nesta tribuna sempre tive o cuidado de tentar, ao máximo, esclarecer, principalmente as pessoas que não compreendem muito o nosso processo legislativo. O projeto e o substitutivo enviados pelo Poder Executivo têm um cuidado simples. Eu ouvia atentamente o colega Ferronato, a dificuldade que a gente tem, e outros Vereadores, é de compreender essa distorção de um secretário adjunto ser melhor remunerado que um secretário que venha de uma outra origem. O Poder Executivo envia para cá – e estamos, repito, discutindo com os Pares as suas contribuições de emenda. Mas vamos deixar claro o seguinte, se um servidor estadual atua, é um profissional de carreira do nível estadual – isso é esclarecimento principalmente para o telespectador da TVCâmara –, ele é um funcionário de carreira da Fazenda estadual, da Saúde federal, esse servidor, o Poder Executivo, o Prefeito Marchezan, acha injusto que ele não tenha o direito de receber dentro do padrão do teto da sua origem. Ele é um servidor estadual,

que seja respeitado o teto como sendo de servidor estadual. Se ele é servidor federal, que o Município tenha o cuidado, e um cuidado muito grande, porque muito se fala, na gestão pública moderna, em eficiência, qualidade, transparência, trazer bons quadros técnicos e não políticos-partidários, e o Prefeito Marchezan teve, junto com o ex-Prefeito Fortunati, essa iniciativa para corrigir isso. Então, principalmente para quem não compreende, e aí vejo muitos servidores valorosos, técnicos, procuradores, auditores, fiscais, que, se tivessem que ir para um outro local, gostariam de ter o seu teto respeitado. Então, é só um esclarecimento do substitutivo e do projeto.

Portanto, estamos tentando corrigir essa distorção, e, desta forma, o Prefeito Marchezan espera fazer com que tenhamos técnicos e pessoas nas secretarias, e por que não nominar pessoas tão técnicas, de grande valia e qualidade para o Município, como o Secretário Erno Harzheim, Secretário Leonardo Busatto, da Fazenda, com quem os servidores aqui têm mantido um diálogo constante, e sabemos, temos ouvido muito o Secretário Leonardo Busatto, sobre as contas, e também todos os servidores que nós precisamos valorizar? As emendas estão em discussão, e nós precisamos, sim, de técnicos e profissionais tão cheios e carregados de experiência e qualidade como as senhoras e os senhores que estão aqui nas galerias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Eu subo à tribuna e falo exclusivamente em meu nome por conta das convicções e dilemas morais com que vivo. Eu sou professor há 17 anos, trabalhando nesta e em outras cidades. Venho de uma família em que 50% dos integrantes, minhas tias, são professoras, a maioria delas do Estado. Eu vejo como única forma de contornar os problemas sociais de violência, segurança do nosso País, nosso Estado e nosso Município, através da educação. Esse é o meu mundo. Talvez alguns não estejam associados ou integrados a ele, por isso, venho a esta tribuna em tom de desabafo, nos encaminhamentos falarei mais tecnicamente, mas, por hora, compartilho com vocês alguns dos meus sentimentos. Não posso, moralmente falando, votar favoravelmente nem ao projeto, nem ao substitutivo, nem a

qualquer uma das emendas que foram apresentadas. Nenhuma! Porque o referencial que eu tenho de salário é o do professor brasileiro, do professor gaúcho, do professor municipal. Sou professor municipal e o nosso salário de ingresso, via concurso, é de aproximadamente R\$ 2 mil. Dois mil reais! Há um tempo atrás, quando fui procurado por alguns servidores de outra Secretaria, questionaram o fato do teto, aí disseram que é uma injustiça. Concordo, nós, do PSOL, sempre lutamos ao lado do trabalhador, lutando pela valorização dos profissionais, para que eles tenham melhor qualidade de vida, remuneração justa e dignidade no seu trabalho, sem assédio moral. Agora, quando questionei um desses servidores sobre quantos dos meus colegas professores municipais, dos mais de 4 mil professores desta Cidade, recebiam acima do teto, eles responderam: dois. Dentre esses dois, temos colegas que estão, há mais de 40 anos, em sala de aula, dedicando as suas vidas a educar as crianças na periferia da Cidade. Essas, que se não forem bem educadas, vão incidir no crime, porque a sedução é enorme! A responsabilidade desses profissionais é imensa! Mas isso não é discutido. A real importância desses profissionais e a valorização histórica da educação neste País não é pauta de discussão, o que eu lamento muito, o que me envergonha, o que me faz pensar em que futuro teremos. Obviamente, estou ao lado dos servidores, mas no momento em que nós temos uma ameaça direta na nossa frente, um projeto que acaba com o gatilho salarial, que simplesmente repõe inflação para todos os servidores, eu não sei se nós teremos tanto empenho por parte de todas as categorias de municipais. Eu não sei, eu não vejo isso. Os professores estão firmes nessa luta, porque querem minimamente garantir a reposição inflacionária. Essa é uma das nossas grandes lutas, não é aumentar o salário de R\$ 19 mil para R\$ 30 mil – daqui a pouco vou falar. Não é. O que nós estamos falando é do aumento de alíquota previdenciária de 11% para 14%. Pode não ser muito para quem ganha R\$ 19 mil, mas, para quem ganha R\$ 2 mil, faz diferença, pesa no bolso. É disso que eu falo, esses são os meus dilemas e, por conta deles, não poderei votar favoravelmente a nada que envolva esse projeto, mas não ataco o servidor. Volto a repetir: sou parceiro, luto ao lado deles, vou às suas assembleias, sou solidário às suas pautas porque faço parte desse grupo. E concordo: há uma discrepância muito grande com relação aos servidores da Cidade. E eu repito, ao longo da minha vida, que deveríamos ter um pouco mais justiça em termos de distribuição de vencimentos, um plano de carreira amplo, unificado. Agora, como os professores são uma classe, um

grande grupo, eles pesam no orçamento do Município e, como têm um peso muito grande, remunerá-los dignamente não está em cogitação – dignamente. Sessenta horas para ganhar R\$ 6 mil é dignamente para o senhor? Tendo que fazer planejamento, correção de prova e educação dos filhos dos outros!? Não, Dr. Thiago, desculpe-me, mas não concordo com o senhor. Não, não concordo. Falta seriedade em discutir educação neste País. Enquanto os professores não forem bem valorizados, eu não posso concordar com esse tipo de coisa! Boa Tarde, boa discussão.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a votação, o debate, a discussão em torno deste Projeto de Lei do Executivo faz aflorar paradoxos e contradições. Em verdade, se nós fizermos um exame de consciência, nós, que integramos a derradeira legislatura – eximindo de responsabilidade os nossos companheiros que pela primeira vez exercem o mandato –, iremos encontrar, na raiz desse problema, como força geradora desses paradoxos, a decisão que esta Casa, por duas vezes, já assumiu, por duas legislaturas, quando decidiu, pela sua ampla maioria, congelar os salários, a remuneração dos integrantes desta Casa, dos Vereadores. Chegou-se à conclusão de que eles eram muito bem remunerados e que, por conseguinte, tinham que trabalhar por quatro anos sem que ocorresse nenhum tipo de ajuste nos seus salários. Isso trouxe consequências, Ver. Tarciso, enormes consequências. Porque ao congelar a remuneração dos Vereadores, também o fizeram do Prefeito e também criaram uma falsa base maior da remuneração dos servidores públicos do Município de Porto Alegre. Eu quero dizer que respeito profundamente os Vereadores que coerentemente, na ocasião, votaram contra, inclusive a esse salário, agora eu não posso me dobrar às circunstâncias e dizer o seguinte: que, por coerência, eles não poderiam votar nenhum aumento salarial no dia de hoje, nenhuma nova gratificação, nenhuma remuneração que não seja verdade que um prefeito tenha dificuldade de trazer bons valores para trabalhar na administração com a vasta remuneração dos secretários do Município. Ah, não. Não há dúvida quanto a isso. Então,

quando se busca corrigir, vamos procurar reduzir os nossos erros. Então eu quero dizer que não vai me faltar coragem, nem tranquilidade, nem segurança nem coerência para, por exemplo, votar favoravelmente a algumas emendas que fazem com que se expandam melhor os conceitos que o Prefeito busca corrigir com esta proposta por ele apresentada, com as modificações ali introduzidas.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu vejo aqui uma extensa ordem de votação estabelecida pela circunstância de ter muitas emendas e subemendas ao projeto. Certamente, iremos enfrentá-las no dia de hoje. E eu as enfrentarei com o mesmo discurso que, há cerca de dez meses, fiz aqui na tribuna, achando que, por existirem contradições e paradoxos na vida econômica e social deste País, não quer dizer que nós transformemos isso na regra. Não, não temos que fazer disso uma regra!

O professor, na opinião do nosso companheiro Alex, não tem a remuneração que deveria ter – provavelmente não a tenha; outras tantas categorias aí se encontram. Eu não vou nivelar por baixo, agora. Quem sabe, não estamos abrindo espaço para que outras correções ocorram? Quem sabe, não estamos abrindo espaço para que os paradoxos desapareçam? Quem sabe, não estamos abrindo espaço para que uma maior justiça aconteça e que passe este clima horrível de culpar a remuneração dos servidores do Município de Porto Alegre como a responsável por este grave problema da economia municipal?

Eu quero corrigir essas distorções! E, para corrigir estas distorções, eu estou tomando posição claramente, sem nenhum temor de ser cobrado na minha coerência, porque eu sou coerente: estou dizendo hoje o que eu disse ontem e o que vou dizer amanhã. Vamos começar a consertar o que está errado! E é a Emenda nº 01, por exemplo, uma grande possibilidade do início desse conserto. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, servidores e servidoras, confesso para vocês que é um momento tremendamente difícil para mim. Há bastante tempo uma votação não me deixa tão perturbado, porque, de um lado, nós

temos um velho discurso, mas que agora tomou conta da sociedade: tudo é culpa do serviço público. É mais ou menos como aquela história: deu um problema? A culpa é do estagiário! A culpa está do lado de lá do balcão. Nós chegamos a este ponto por muitas culpas; eu quero assumir aquilo que é de minha responsabilidade.

Já se vão alguns anos e eu disse aqui, nesta semana, que foi apontada, lá no início dos anos 2000, uma possível crise se nós não fizéssemos reformas necessárias na Administração Pública e não tratássemos da questão das finanças como devemos tratar e ainda não estamos tratando. O meu discurso tem uma certa homenagem ao Secretário Utzig, que já nos deixou há bastante tempo, pois foi ele que apontou essa questão.

Hoje, nós estamos nesse dilema. No ano passado, por pressão daqui e dali, esta Casa – e eu tinha voltado há pouco a ela – votou o subsídio de Vereador, de Prefeito e de Vice-Prefeito. Agora, nós estamos nesse dilema. Nós estamos vendo que temos problemas de recursos, o Prefeito tem dito que pode parcelar salários, pode atrasar salários; tem gente na Prefeitura que ganha mal; nós não mexemos na administração, no momento que poderíamos fazer não fizemos a reforma administrativa e estrutural. Hoje, nós também não estamos fazendo isso; deveríamos fazer! Fazer as adequações necessárias, fazer as mudanças necessárias, discutir o que deve ser discutido. E nós estamos, portanto, nessa situação de discussão do salário de alguns secretários. Estamos discutindo o problema do teto que vai atingir, sim, setores importantíssimos da Prefeitura. Importantíssimos. É importante varrer a rua? É muito importante varrer a rua. É importante estar lá – e nós falamos, nesta semana, com o pessoal que está lá ponta, cuidando da saúde e ganhando um salário miserável, que são os agentes comunitários de saúde. E nós resolvemos o problema deles aqui nesta semana. Nós sabemos que a arrecadação, que as questões tributárias, as questões fiscais, as questões de direito são tratadas por uma elite do nosso serviço público, que tem carreira. Mas não é só ali, tem gente que tem 40 anos na engenharia da Prefeitura. Nós vamos ter problemas independentemente da votação aqui, Ver. Ferronato. Em se aprovando um teto alargado, nós vamos ter uma crise com um setor imenso da Prefeitura, que tem problemas nos seus ganhos, nos seus recursos. Há corte, inclusive, de horas extras. Eu sei porque fui Secretário da SMIC, eu encontro com os nossos agentes e é um clamor: cortaram tantas horas, cortaram isso, cortaram aquilo. Em não sendo aprovado, nós vamos ter problemas com outro setor que vai ter um baque nos seus vencimentos, porque fizeram carreira, porque se preparam, porque estão no

serviço público. Eu hoje faço aqui uma defesa do serviço público. Eu faço uma defesa de que nós erramos e de que nós temos que mudar, nós temos que reestruturar, independentemente da votação de hoje. Nós estamos discutindo, as Bancada do PT e do PSOL, as bancadas de oposição e teremos uma posição, mas eu tenho obrigação moral e ética de reconhecer erros cometidos e necessários avanços. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas municipais presentes hoje aqui, Srs. Vereadores. Ver. Prof. Alex, eu vejo na sua fala uma brutal incoerência. V. Exa. considera R\$ 6 mil pouco para os professores? No melhor plano de carreira reconhecido nacionalmente, que não é deste Governo, não é do Governo anterior, é legado do passado, mas considera muito R\$ 5 mil para médicos. Eu tenho as notas taquigráficas...

(Aparte antirregimental do Ver. Prof. Alex Fraga.)

O SR. DR. THIAGO: Vereador, nós estamos discutindo os municipais. Nós estamos discutindo os municipais.

(Aparte antirregimental.)

O SR. DR. THIAGO: Eu não lhe aparteei, Vereador. Acalme-se! Peça seu tempo novamente. Agora, o que se está querendo com essa emenda é simplesmente fazer justiça. Esta emenda faz justiça, sim.

(Aparte antirregimental.)

O SR. DR. THIAGO: Vereador, o senhor peça seu tempo a outro Vereador, pois meu tempo é exíguo. Por favor! Então, o que se está querendo é fazer justiça. Está claro, a lei é clara: é o teto no Estado do Rio Grande do Sul, e não do Estado do Rio Grande do Sul.

É isso que diz a Constituição Estadual. (Palmas.) O senhor está indo contra a Constituição Estadual por quê? Por que não lhe convém. É assim que o senhor tem atuado aqui: quando beneficia suas bases ou as pessoas próximas ao senhor, o senhor é a favor; quando não beneficia, o senhor é contra. Nós estamos pensando na Cidade: quem votar contrariamente a esta emenda, está votando contra a Cidade, está votando pela diminuição da arrecadação da Cidade, está votando para que os servidores de alguns órgãos reduzam a sua carga horária, está votando para precarizar o serviço público, exatamente contra o que é o seu discurso.

Então quero dizer que quem vota contra a emenda, mesmo não sendo a emenda do Governo, está votando contra a cidade de Porto Alegre e contra essa gestão, está votando no quanto pior melhor. (Palmas.) O senhor não pode ter uma postura de caranguejo, Vereador, e querer puxar todo mundo para baixo. Nós temos que ter um pensamento mais elevado, nós preferimos elevar todo o mundo, e não puxar todo mundo para baixo. (Palmas.) Se eu ganho cinco mil e não estou satisfeito, não está adequado, e acho que os professores têm que ganhar mais, acho que tenho que pensar que todos têm que ganhar mais - esta sempre foi a minha fala aqui. Então acho que nós temos que verificar direitinho de que lado as pessoas estão, se estão a favor da Cidade, se as pessoas pensam em ter mais arrecadação, em ter mais servidores dedicados ao Município, ou se nós queremos precarizar o serviço público. Essa é a decisão hoje aqui. Vocês estão votando o que, em suma, a Emenda, eu vou dizer para vocês: a Emenda só substitui o decreto do Prefeito Municipal, só altera o teto; ela não dá, Vereador, aumento para ninguém. Agora, a lei que vale para Chico tem que valer para Francisco, senão ela é injusta! Então, pela valorização do serviço público, sim, nós vamos votar “sim” à Emenda nº 01. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, caros colegas; eu quero, Ver. Cassiá Carpes, falar de coerência também, mas eu quero exigir coerência do Prefeito Marchezan, porque nós estamos vivendo terrorismo com os

municipários desde o final do ano. No final do ano, nós quase não tivemos 13º salário, o Prefeito Fortunati quase não pôde fazer antecipação do IPTU, proibido pelo Prefeito Marchezan; o parcelamento da recomposição da inflação foi ameaçado, mas que com a negociação, a categoria conseguiu fazer, levando para janeiro deste ano. E desde janeiro, desde que o Prefeito Marchezan assumiu, ele está postergando, mês a mês, Ver. Carús, o tal do parcelamento do salário. Não é de outra coisa que nós estamos falando - parcelamento de salário. Está dizendo para a Cidade, está dizendo para o funcionalismo, que ele projeta que não terá dinheiro, fluxo de caixa para pagar o salário no dia 30. O Prefeito está dizendo isso, não sou eu, não é ninguém, desde janeiro. Ele tem sido absolutamente autoritário com o Simpa e com a ATEMPA – no caso da intervenção na educação. Recebeu o Simpa, que levou a pauta votada na assembleia, esta semana, e já disse: “Isso aqui não, isso aqui não, isso aqui não. Reajuste não tem, abono não tem, vale-alimentação não tem, não tem o que discutir sobre o tema salário”. O Prefeito está dizendo que não tem recursos. Nós, inclusive com informação de vários colegas nossos que vieram para contribuir com o Simpa, estamos dizendo que essa não é a realidade da Prefeitura, que ela é uma realidade artificial, que ele está somando uma série de contas que são de um período mais largo para este ano, mas eu quero aqui entender a palavra do Prefeito, pois ele mandou para esta Casa um projeto para congelar os salários. Por que ele vai alterar uma lei de reposição da inflação anual que, conforme a lei, diz “com referência” nos índices inflacionários? Não obriga, por que ele vai alterar? Para dizer conforme a disposição econômico-financeira do Município de Porto Alegre, para congelar salário, para dizer que está mal e que não poderá compor o poder de compra dos salários dos municipais, o que os municipais perderam.

O Prefeito Municipal mandou para cá um projeto de lei para confiscar salário aumentando a alíquota do Previmpa, sem parecer do Previmpa. O Previmpa afirma que isso é um problema de fluxo de caixa, que o capitalizado não precisa dessa alíquota, neste momento, porque é superavitário, e afirma que o regime de repartição simples foi uma construção que nós fizemos, e que o Município que tem que organizar as suas finanças. O Município de Porto Alegre, no ano passado, gastou R\$ 2 bilhões com funcionários públicos e teve mais de R\$ 6 bilhões de orçamento. Portanto, nós não temos do Prefeito Municipal nenhuma atitude de gestão de verdade, de gestão que busque novos recursos que incrementem a receita municipal, mas ele já está penalizando o funcionalismo, já está

dizendo que vai congelar salário, já está impondo na educação uma nova rotina que é para economizar professores, porque é isso o que ele está fazendo, não pensem que é o aluno em primeiro lugar, ele está aumentando de 15 para 17 horas-aula a cada 20 horas – 17 horas-aula com o aluno! Isso significa, sim, empobrecer a educação, a prática educativa, porque como é que planeja, como é que avalia, como é que faz trabalho para todo esse número de turmas em 17 horas-aula? Então ele está poupando na educação, ele está enxugando e está dizendo que vai privatizar a Carris, porque ainda não há medida nenhuma; ao contrário, as medidas são desastrosas para a gestão da Carris. Então este Prefeito tem uma intencionalidade, e a intencionalidade é de um projeto que nós conhecemos, é o projeto nacional. O Prefeito Marchezan falou que as medidas do Temer são frouxas, na reforma da previdência, na reforma trabalhista, então ele vem com mais medidas contra o funcionalismo – é certo! –, porque está criticando que não há implementação num projeto como o que tinha que ser feito nacionalmente. Portanto, eu não consigo aceitar e compreender que ele venha aqui aumentar salários dos seus Secretários. Não é possível apoiar isso. Nós vamos exigir coerência, nós seremos coerentes no voto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde novamente. Agradeço ao Ver. Aldacir Oliboni, que, gentilmente, me ofereceu seu tempo de discussão, para eu poder esclarecer alguns pontos. Geralmente, os Vereadores que inicialmente falam podem ser contrapostos, mas não tem um momento para contra-argumentação. Esse momento é feito, geralmente, através do microfone de apartes, em um tempo cedido gentilmente pelo Vereador que ocupa a tribuna no momento. Como não me foi concedido aparte, pedi para que o Ver. Oliboni me cedesse os seus cinco minutos deste momento. Eu me surpreendi com a fala do Ver. Dr. Thiago, quando veio a esta tribuna atacar o que eu havia falado anteriormente, porque eu fiz um desabafo como professor! Não sou professor de matemática, mas as operações básicas eu consegui dominar ao longo da minha trajetória estudantil e acadêmica, felizmente. Eu gostaria de esclarecer, matematicamente, que o salário inicial

do professor é de aproximadamente R\$ 2 mil para um contrato de 20 horas. O professor pode fazer duas vezes o concurso e assim ter duas matrículas neste Município e conseguir mais 20 horas através de um regime complementar de trabalho, totalizando 60 horas de efetivo trabalho na rede municipal. E o Vereador disse que professor ganha mais do que médico, que ganha R\$ 5 mil! Primeiramente, acho que os médicos não recebem bem! Eu nunca falei que eles têm um salário que merecem. Não! Estou falando em nome da minha categoria, boa parte desses que contribuíram para que eu fosse o seu representante neste espaço democrático. Portanto, trouxe a minha angústia. Agora, se nós tivermos por parte dos profissionais concursados na Medicina a opção por ampliar a sua carga de trabalho, obviamente a remuneração será ampliada também. Aí vem a maldita matemática para nos salvar. Então acho que o Vereador não fez uso dessa ferramenta importante que permite que as pessoas possam, efetivamente, exercer a sua cidadania, e trouxe algumas distorções para a discussão do momento.

Também gostaria de pedir ao Ver. Dr. Thiago que utilize toda essa energia manifestada no ataque à minha fala para defender a data-base da categoria, para defender o reajuste salarial, a correção das perdas salariais históricas que todas as categorias sofrem. Mas, infelizmente, eu não vejo esse esforço. Eu vou às assembleias, mas, infelizmente, o colega, que também é municipal, não está lá. Eu quero ver essa energia toda para defender os municipais contra o parcelamento ameaçado dos salários que o Executivo vem usando como discurso desde o início da sua gestão. Eu quero ver! Eu quero ver toda essa energia do Ver. Dr. Thiago para defender também a previdência pública que está sendo atacada no Congresso Federal! Mas, infelizmente, o seu Partido, o Democratas, é um dos artífices desse ataque. É um dos artífices. Eu não vejo essa manifestação, infelizmente, do Vereador. Eu gostaria também de ver toda essa energia para atacar as terceirizações. Terceirizações que, daqui a pouco, nós, professores municipais, poderemos estar sofrendo, porque não há chamamento de concursados. No ano passado tivemos 247 aposentadorias de servidores, e o quadro não foi repostos; temos horas em aberto, crianças que não estão recebendo educação na sala de aula! Esse é um grande problema da nossa Cidade! Mas eu não vejo tanta energia por parte do Vereador! Eu não sou contra os médicos, não sou contra os servidores, não sou contra os trabalhadores e jamais serei, assim como não são os meus colegas de Bancada. Gastamos muita energia, participamos de movimentos, somos parceiros dos trabalhadores, estivemos nas

ruas no dia 28! Eu não vi o Dr. Thiago nas manifestações contra a Previdência e contra os ataques à classe trabalhadora! Isso está ocorrendo! É o nosso dia a dia! É o nosso momento! Quanto mais forças nós tivermos somadas à defesa real dos trabalhadores - eu não estou aqui fazendo corporativismo, eu estou defendendo a minha categoria -, não corporativamente, porque como servidores, todos nós estaremos sendo atacados dentro em breve. Existem mais maldades para vir. O gatilho salarial que está em tramitação na Câmara para ser cortado; o aumento da alíquota previdenciária é a ponta do iceberg. E quando vieram os outros projetos, o corte de gratificações, que já foi aventado pela imprensa, eu quero ver se nós teremos o empenho e a dedicação do Ver. Dr. Thiago. Aí veremos, realmente, quem é que está contra os trabalhadores desta Cidade. Quem é contra o servidor público municipal. Uma boa-tarde e boa discussão a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada da Emenda nº 03 ao PLE nº 040/16 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

Apregoo a Emenda nº 04 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16.

Em votação o PLE nº 040/16. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 040/16.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta Casa, o Executivo encaminha este projeto, porque se nós pegarmos os secretários adjuntos, como já foi dito aqui, o secretário adjunto, quando vem da sua origem, traz o seu salário e recebe a gratificação; se nós pegarmos qualquer técnico que a Prefeitura traga, de qualquer órgão de origem, quando ele vem para o Município, ele traz o seu salário e recebe a gratificação, e aí nos temos algo errado no Município de Porto Alegre, que é o secretário, é a figura do secretário que, quando vem do seu órgão de origem, não tem o direito de receber o seu salário daquele órgão de origem. Então nós apresentamos este projeto, que já existe no Governo do Estado desde 2010, que passou no Governo Tarso Genro, e este projeto continua valendo, todos os seus secretários, os que eram da União, os que eram do Judiciário, do Ministério Público, receberam os seus tetos; passou

agora o Governo Sartori e continuam exercendo esse direito. Agora nós não podemos ter pessoas qualificadas perdendo o seu salário, nós não queremos aqui perder salário de ninguém, nós estamos lutando, e aqui não estamos ameaçando nenhum servidor público quando mostramos as contas da Prefeitura, e nós queremos qualificar o serviço público. Nós achamos que não é o momento de discutir as Emendas nº 01 e nº 02. Nós achamos que teria que vir um outro projeto para esta Casa, mas temos convicção de que é o momento desta Casa votar o projeto que estabelece o subsídio para os secretários que vêm de fora do Município de Porto Alegre, já que o secretário adjunto recebe, já que o servidor que vem de fora recebe, já que isso representa a qualificação de pessoas que estão vindo para a nossa Cidade e para aumentar a arrecadação do Município de Porto Alegre; qualificar o serviço na área de saúde, na área de educação, em todas as áreas. Agora, nós estamos convictos do que estamos fazendo, tanto que o Executivo apresentou este projeto e pede aos blocos independentes desta Casa que votem a favor deste projeto; o Executivo pede a sua base nesta Casa que vote a favor, porque este projeto vai trazer justiça na questão dos secretários em Porto Alegre, coisa que não ocorre com os adjuntos, coisa que não ocorre com os diretores dentro das Secretarias. Queremos dizer aos servidores que estamos fazendo o possível para manter os salários em dia, porque eram para estar atrasados desde o mês de fevereiro. Apresentamos projetos aqui nesta Casa para mudar a planta na cidade de Porto Alegre e vamos fazer o possível para melhorar a vida das pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 040/16, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, como falei no meu discurso original, acho que nós, aqui, na tarde de hoje, estamos votando um projeto que concede uma gratificação que, na verdade, significa um polpudo salário aos secretários oriundos de outros órgãos. Este é o projeto que está sendo votado aqui! E nós temos a convicção de que dois erros nunca fazem um acerto. Ouvi atentamente o Ver. Cláudio Janta, que é Líder do Governo na Câmara, quando falou dos secretários adjuntos, e é verdade que os secretários adjuntos recebem essa verba de representação. A nossa pergunta é: os

secretários adjuntos merecem ganhar? Ou: precisa-se ter secretário adjunto? Nós temos a convicção de que não precisa ter secretário adjunto. E quando veio a reforma administrativa do Prefeito Marchezan, nós fizemos uma emenda tirando os secretários adjuntos, assim como fizemos uma emenda reduzindo em 30% os cargos em comissão, que o Governo disse que demitiu 400, mas está sempre recontratando novos CCs de novos partidos para construir uma base alugada, lamentavelmente. Nós temos a convicção de que é necessário defender o serviço público. E nós defendemos o serviço público e os servidores públicos como carreira. Defendemos, quando o Simpa lutava, contra o efeito cascata e os impactos que teria na carreira de todos, porque temos respeito pelos procuradores, pelos auditores, mas também temos respeito pelos professores, pelos técnicos em enfermagem, pelos assistentes sociais e pelos psicólogos. E nós não aceitamos essa tentativa de nos jogar contra a categoria. É uma benesse aos secretários de origem de outras Secretarias, à medida que incorpora. Em nenhum projeto pode ter porta-retrato, não se trata de um debate individual, do Secretário A, B ou C; será para todos os Secretários oriundos de outros órgãos daqui para frente, com um impacto de, no mínimo, de R\$ 300 mil por ano! Que daria para pagar o que está atrasado dos fornecedores da cultura, que até hoje não receberam o dinheiro da Usina das Artes, que até hoje não receberam o dinheiro dos Açorianos, embora esteja lá programado, os artistas estejam lutando - nós estivemos com o Secretário Alabarse para discutir -, ou mesmo os que estão atrasados do Fumproarte.

Este é o debate que está sendo feito na tarde de hoje aqui, alguns vêm debater salários. E nós temos muita tranquilidade, porque nós somos coerentes, o que nós dissemos aqui, na tribuna, nós dissemos ali na reunião de Mesa e Liderança, não somente em ano eleitoral, Ver. Mauro Zacher. Nós somos contra o aumento do salário dos Vereadores, sim, porque é três, quatro, cinco, dez, treze vezes a média dos trabalhadores brasileiros! Quanto ganha um bancário? Quanto ganha uma professora? Quanto é o salário mínimo no Brasil? É óbvio que nós somos contra! Então, nós temos responsabilidade com o teto municipal. Nós temos essa responsabilidade, porque nós conseguimos, evidentemente, que houvesse o congelamento do salário do Prefeito, dos Secretários e dos Vereadores, numa luta que foi feita, que tu trouxeste aqui na tribuna. Agora, a nossa posição é sempre assim, ela não é somente no ano eleitoral, não é um casuísmo, e nós temos muita tranquilidade de fazer este debate. Assim como nós temos a tranquilidade de fazer o

debate que o problema do Município não são os servidores públicos. Nós não aceitamos uma política de desmontar os setores para privatizar, para terceirizar, para ajustar, para atacar como tem sido a política do Marchezan, inclusive sobre os auditores, os fiscais. Nós respeitamos o trabalho de quem está lá buscando esses recursos que deixam de pagar para o Município. Agora, não é correto que neste momento em que nós estamos vivendo uma crise, que tem um pacote que tira direito de todos vocês, dos dois lados da tribuna, haja uma divisão de quem quer manter X enquanto vão tirar Y de todos, isso é inaceitável. Nós votaremos contrariamente a todas as emendas, e nós não aceitamos! Eu fui muito respeitosa com todas as intervenções, antes, quando me antecedi, porque a nossa diferença é política, é ideológica, mas nós não aceitamos intimidação de ninguém! Porque é inaceitável que quem esteja a favor da reforma da Previdência venha cobrar algum posicionamento da Bancada do PSOL; é inaceitável em tantos momentos em que votamos favoravelmente ao funcionalismo, em tantos momentos, em tantas greves, que agora venham dizer que quem não vota neste projeto é contrário ao funcionalismo. Este projeto não trata do funcionalismo, trata dos Secretários oriundos de outros órgãos. São servidores? São servidores oriundos de outros órgãos, mas já recebem salário e terão duplo salário a partir da aprovação deste projeto. Nós bateremos contra com muita convicção de que é fundamental cortar de onde pode ser cortado neste momento de crise, e não tirar dinheiro da saúde, não tirar dinheiro da educação, não tirar dinheiro da assistência, não tirar o salário sagrado de todos vocês que estão aí sentados dos dois lados da plateia, porque o parcelamento será para todos, mas aposto com vocês que não será tirado dos Secretários, não será para o Prefeito e não será para os Vereadores, porque lamentavelmente essa caneta tem um lado, e não é dos funcionários públicos; essa caneta é do Marchezan. Nós estaremos do lado dos funcionários públicos hoje, amanhã e durante a campanha salarial!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 040/16.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente Cassio Trogildo; Vereadores, Vereadoras; o Ver. Cecchim e eu encaminhamos, no fim do ano passado, uma emenda

tratando do aumento da remuneração do Sr. Prefeito. Tristemente, esta Casa não aprovou. Essa emenda elevaria o salário do Prefeito a R\$ 25 mil. Então, esta Casa também tem uma dívida com a sociedade. Se nós tivéssemos aprovado, não teríamos toda essa discussão hoje.

Sou Vereador, entrei no vigésimo primeiro ano, normalmente, atuo sempre na área da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, então conheço muito bem a área financeira e sei que ela está em grande dificuldade. A minha Bancada ainda está estudando os detalhes, mas já conseguimos dois votos favoráveis tanto à emenda quanto ao projeto. O Prefeito Marchezan está reduzindo custos, mas a salvação da Prefeitura não está somente na redução de custos; está especialmente na elevação da nossa receita. Isso vai salvar o salário de todos. Portanto, sobre o assunto do teto, nós não vamos aumentar salários. Nós vamos garantir o que as pessoas já ganham. Não queremos tirar avanços, gratificações de ninguém. Queremos estimular a receita. No ano passado, a receita arrecadou R\$ 108 milhões a mais do que arrecadou, por exemplo, o índice da Receita Federal.

Algumas metas para 2017: somente na cobrança da dívida ativa, nos protestos da dívida ativa, vamos tentar arrecadar R\$ 30 milhões. Sobre a equipe da Secretaria da Fazenda, ela está fazendo um estudo da atualização de alguns setores da Planta de Valores que se prevê, a partir do ano que vem, uma arrecadação de R\$ 200 milhões por ano. Então são R\$ 600 milhões que a arrecadação será estimulada. O Refis, que é uma projeto antigo do Ver. Cecchim, poderá ser incentivado e poderemos arrecadar, já em 2017, R\$ 50 milhões. Então, nós precisamos incentivar a arrecadação, ITBI, ISSQN. Porto Alegre é referência em cobrança de devedores. Entre todas as Capitais, quando a média foi de aproximadamente 4% de aumento, de cobrança dos devedores da dívida ativa, Porto Alegre cobrou 8%, ou seja, o dobro da média de todas as Capitais! A Procuradoria precisa incentivar a execução fiscal, temos um montante de execução elevado, temos que incentivar. A Procuradoria tem que estudar e liberar os índices construtivos para que nossa Cidade cresça, sim. Isso também é a liberação, não a decisão.

(Aparte antirregimental fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Tem sim, senhor, o senhor conhece muito bem o Rafael Valandro, que tem um estoque elevado para liberar lá. Então, todos os processos, hoje, passam pela Procuradoria. Então, nós não podemos retirar direitos salariais desses setores. Portanto, por enquanto, a minha Bancada vota com dois votos certos na emenda e dois votos certos no projeto. Estamos ainda trabalhando e dialogando internamente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 040/16.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, vou fazer uma preliminar: no dia 15 de maio, às 19h, nós vamos ter aqui na Câmara uma audiência pública, que vai tratar da reforma previdenciária, e nós estamos convidando a todos os que possam participar conosco.

Eu ouvi todas as manifestações que aqui tivemos e digo que respeito todas, cada um tem lá a sua posição. Com relação à primeira questão do projeto, que é a remuneração de secretários, eu estou mantendo a coerência daquilo que me manifestei no ano passado: sou favorável ao projeto que remunera também os secretários que venham do Estado, do Município, da União, de qualquer outra esfera pública. Vou votar favorável ao projeto – no caso, agora, o substitutivo.

Com relação às emendas: a primeira emenda ainda acredito e volto dizer aquilo que eu venho dizendo há uma década: é preciso teto único para valorizar o servidor também do Município de Porto Alegre, porque a União tem um teto maior do que o Executivo, maior que o Estado, e o Estado maior que do o Município de Porto Alegre. Vamos estabelecer teto aproximadamente único. Vou votar favorável à questão da primeira emenda.

Se na emenda apresentada diz que o teto seria para o Executivo, a segunda emenda se estende também ao Legislativo Municipal. Seria o fim propormos um teto ao Executivo e não ao Legislativo – somos todos servidores públicos municipais!

A terceira e última emenda, que se apregoou há pouco tempo, lá no substitutivo nós temos que o pagamento dos valores seria apresentado com limite do que se prevê no teto remuneratório do Município de Porto Alegre; está certo. Acontece que nós temos ali uma emenda ao projeto que suprime isso. O Ver. Janta retirou a emenda, e nós estamos

apresentando uma emenda que retira essa mesma ideia de suprimir o art. 2º do PLL para suprimir o art. 2º do substitutivo. Com isso, nós acertamos a redação e manteríamos um teto único que é estabelecido, sim, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Estamos aí não para dividir, não para discordar, não para faltar com o respeito, mas para a valorização de todo o servidor público do Município de Porto Alegre. E quando eu vi que se falou bastante aqui em relação à Receita, aos auditores da Receita, eu queria dizer que eu estive numa reunião da Receita do Estado, no domingo passado, num encontro dos fiscais. O Estado do Rio Grande do Sul, depois de longa disputa das entidades, contratou 98 novos fiscais, gente jovem. Em três meses, nos primeiros três meses, foram autuados por eles R\$ 252 milhões. Com esse valor que arrecadaram, eles se pagam, todos eles, durante dez anos. Portanto, valorizar a fiscalização dos Municípios também é valorizar o servidor do Município de Porto Alegre. Voto favoravelmente ao Projeto, à Subemenda, às Emendas nº 01, nº 02 e nº 03. Está corretíssima a nossa posição, segundo a minha modesta avaliação, e, mais uma vez, repito, respeitando as posições contrárias. Aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 040/16.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu sou filho de dois exemplares funcionários públicos. Meu pai é contador, administrador, advogado, e minha mãe é professora. Conheci de perto o que é dedicação, empenho, eficiência, pensar no trabalho, pensar no serviço que o servidor tem que prestar ao público. Tenho esse exemplo em casa. Por outro lado, também sou parlamentarista e acredito que o governo, onde se faz a política, não se mistura com administração, onde, de fato, a máquina pública funciona com o atendimento à população. Eu entendo que é salutar para a democracia nós separarmos a política da administração, e nós só podemos fazer isso com uma administração forte, acreditando no corpo funcional do Estado.

Eu vou repetir, mais uma vez nesta tribuna, que eu presidi uma Fundação do Estado em que eram 47 funcionários, e eu não ocupei nenhum espaço de CC, porque resolvi

conduzir a Fundação só com os quadros da própria Fundação, com os quadros de administração da própria Fundação.

Eu acredito que toda carreira do Estado tem a sua importância, mas há duas carreiras que merecem um olhar muito especial, que são a carreira dos Auditores e a carreira dos Procuradores do Município. Já repeti isso em vários momentos, sobretudo porque é nestas duas carreiras que se vê o esforço para ter a receita para pagar o salário das demais, tanto no empenho no Judiciário, para defender o interesse público, para defender o bem público, como também no esforço para evitar a sonegação e a fiscalização dos tributos.

Desta forma, Sr. Presidente, eu vou encaminhar o voto do PROS a favor do projeto e também da primeira emenda, porque eu também entendo que justiça não é só um critério de igualdade aritmética, mas também igualdade geométrica, proporcional e que, se nós acreditamos e temos coerência nesse discurso, nós temos que incentivar que profissionais que estão acostumados com a máquina pública, ainda que de outros órgãos e esferas, tanto da União quanto do Estado, possam colaborar com a gestão do Município, porque eu entendo, Sr. Presidente e colegas Vereadores, que nós temos que aprender com a gestão privada, mas não temos que cair nos clichês e no senso comum de que o Município deve ser gerido como empresa privada. A função do Município não é ter lucro, é prestar serviço. Então, se nós temos tipos ideais na iniciativa privada que podem servir de estímulo, de modelo, a gestão do público é completamente diferente da gestão do privado, e, nesta gestão do público, quem conhece, quem tem eficiência é quem está na carreira pública. Então, nós acreditamos, Sr. Presidente, que votando a favor do projeto e votando a favor da primeira emenda, nós podemos trazer quadros importantíssimos, quadros que não têm interesse, às vezes, em vir, porque terão prejuízo na sua carreira, na sua remuneração para poder atender e bem servir a nossa Cidade. Então, acredito, como foi dito aqui, como disse o Ver. Moisés Maluco do Bem, como disse o Ver. Dr. Thiago, que votar a favor do projeto, votar a favor da emenda é votar a favor da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 01 ao Substitutivo ao PLE nº 040/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**. (Palmas.)

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 04 votos **SIM**; 30 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 04 ao Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Substitutivo encaminhado pela Mensagem Retificativa ao PLE nº 040/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 8 votos **NÃO**.

A Sra. Fernanda Melchionna: Sr. Presidente, Declaração de Voto da Bancada de oposição (Lê.): “Os Vereadores da Bancada de oposição do PSOL e do PT preocupados com a situação política e social da Cidade, pautam sua intervenção por ter um olhar sobre toda a Cidade e o conjunto da Administração. Após várias ouvidas e debates com vários segmentos da sociedade, entendem que a verba de representação, como proposta, é contraditória com o discurso do Prefeito de falta de verbas. Ademais, com as ameaças sistemáticas de atraso de pagamento de salários para o conjunto dos servidores, temos convicção em votar contra o Projeto. Da mesma forma, a Emenda nº 2 não pode vingar diante do exposto, gerando mais discrepâncias, divergências e contradições”.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Felipe Camozzato: Sr. Presidente, gostaria de consignar a nossa Declaração de Voto (Lê.): “É do interesse do partido NOVO a qualificação da gestão pública e a eficiência na atividade dos servidores e gestores públicos. Ocorre que o momento de contenção de gastos do Executivo municipal não permite que este Vereador posicione-se favorável a qualquer aumento de gasto público. Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que a

sistemática de remuneração do secretariado no Município de Porto Alegre atende a uma defasagem histórica. Entretanto, o momento não permite que se possa cogitar da mudança do presente quadro, em função de falência das finanças públicas municipais. Em segundo lugar, ainda que mediante a cedência para uma secretaria afaste-se o recebimento de qualquer função gratificada, dada a natureza política do cargo, não é crível que utilize-se a comparação com um cargo técnico - como deveria sê-lo o do secretário-adjunto - como parâmetro para a concessão de uma verba de representação como a proposta no substitutivo ao PLE nº 040/16. O partido NOVO é contra qualquer aumento de gasto e não poderia ser incoerente nesse momento de gravidade orçamentária. Dessa forma, voto pela rejeição do Substitutivo. Com relação às Emendas que pretendem afastar a incidência do teto remuneratório municipal, submetendo os servidores municipais do Executivo (Emendas nºs 01, 02 e 04) e do Legislativo (Subemendas 01 às Emendas 01 e 02) a fundamentação não poderia ser diferente. Em primeiro plano, por se tratar de emendas apresentadas pelo legislativo que padecem de inconstitucionalidade na medida em que desvirtuam o projeto (e seu Substitutivo, aliás enviado pelo próprio Executivo) e incorrem em vício de iniciativa. Nesse tema, poder-se-ia apelar para o poder de emenda dos legisladores municipais nos projetos de lei cuja matéria envolva iniciativa exclusiva do chefe do Executivo como forma de legitimar a proposta da emenda. Entretanto, a bem da verdade, por mais que não se possa outorgar o papel de mero 'homologador' das leis propostas pelo Executivo, é conhecida a lição que determina que o poder de emenda é limitado quando se trata de matérias cuja iniciativa é privativa do Executivo. O STF consolidou sua jurisprudência no sentido de que 'não havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, mas esse poder não é ilimitado, não se estendendo ele a emendas que não guardem estreita pertinência com o objeto do projeto encaminhado ao Legislativo pelo Executivo e que digam respeito à matéria que também é da iniciativa privativa daquela autoridade'. (ADI 546, rei. min. Moreira Alves, j. 11-3-1999, P, DJ de 14-4-2000; ADI 2.305, rei. min. Cezar Peluso, j. 30-6-2011, P, DJEde 5-8-2011). Nessa medida, o poder de emenda dos legisladores municipais em projetos como este encontra limites bem claros: (a) não pode acarretar aumento de despesa; (b) deve guardar estrita pertinência com o tema do projeto (no caso, remuneração de secretários) e (c) não podem versar sobre matérias que também sejam de iniciativa exclusiva do

Prefeito (alíneas "a", "b" e "c" do art. 95, II, da Lei Orgânica Municipal), o que é o caso em tela. Por essa razão, não há como votar favoravelmente às emendas que desvirtuam o projeto. Soma-se a isso o fato de que todas as emendas e subemendas acabam por levar o erário municipal a um incremento de despesas correntes, na medida em que permitem que se ultrapasse, para uma série de servidores municipais, o teto salarial previsto atualmente, qual seja, o salário do Prefeito Municipal. Por essa razão, também quanto às emendas meu voto é pela rejeição”.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 238/14 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Indicação nº 014/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 014/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que essa preocupação está expressa pelo Vereador, e eu quero que seja aprovada, com certeza, porque uma das pautas que no ano passado nos fez, inclusive, visitar escolas, foi a falta de monitores e de professores especializados em educação especial para o apoio à inclusão escolar.

Nossa rede de ensino é a rede que mais acolhe crianças e adolescentes com deficiência. As escolas municipais são responsáveis por 50% das matrículas da cidade de Porto Alegre de pessoas com deficiência. E foi a primeira escola, a primeira rede de vanguarda que criou as salas de integração e recurso, salas de apoio à inclusão escolar, que modificou o currículo, para que pudesse dar conta da diferença de tempo e aprendizagem, e níveis de aprendizagem, por isso a escola por ciclos de formação é uma escola muito mais inclusiva. E por isso é necessário outro nível de atenção, de respeito e de construção com as nossas escolas nas mudanças de rotina escolar.

Vereador Janta, estamos aguardando de V. Exa. um retorno sobre a reunião com o Secretário de Educação, Adriano, porque nós recebemos ontem 14 Vereadores de vários partidos, um conjunto de diretores e diretoras de escolas, que trouxeram a contraproposta que construíram para a rotina escolar, para o horário dos professores e para o cumprimento do regime de trabalho. Uma contraproposta excelente que, inclusive, acolhe a demanda do Prefeito Marchezan sobre horário de reunião, uma contraproposta que aumenta o número de horas dos alunos na escola, propondo 5 dias por semana de 4h30min, no mínimo. E, no entanto, tiveram um não. O não acolhimento do Secretário Adriano. Esta Câmara se mobilizou, esteve em reunião com o Prefeito, fez audiência pública, e esta Câmara estava indo muito bem com a educação. Este ano eu tenho que reconhecer, Ver. Paulinho, que a Câmara não está de costas para a educação. A presença de 14 Vereadores ontem, no final da tarde, ali, foi uma linda presença, e nós vamos votar esta Indicação, Ver. Janta, mas nós queremos respeito e escuta da Secretaria Municipal de Educação para com as escolas, as direções e a categoria das escolas municipais, porque não é com qualquer custo que se faz inclusão na escola municipal, que se faz qualidade na escola municipal, é respeitando a construção, respeitando a autoria, respeitando quem conhece o cotidiano da escola municipal. Ontem nós tínhamos aqui também a representação de pais e mães de alunos. Então, esta proposta que foi encaminhada, Vereadores, para o Adriano, atende a demanda da comunidade, ela não atende só uma compreensão técnica dos professores, do melhor período propondo 16 horas-aula, mas atende a demanda da comunidade. A comunidade precisa que a escola acolha as crianças com profissionais a partir das 7h30min, Ver. Tarciso, os pais e as mães precisam disso, os pais e as mães não aceitam que os alunos sejam cuidados apenas por dois, três ou quatro professores da direção, são 400, 300, 200 alunos, os pais e mães não aceitam que às 17h tenham que buscar o aluno na escola, porque o Secretário Adriano está impondo quatro horas só de aula – impondo! Então é uma resposta também às demandas dos pais, das mães, dos avôs, da comunidade escolar. Então, Ver. Janta, vamos votar “sim” com V. Exa. a Indicação, pela inclusão responsável, pela inclusão com qualidade, porque não adianta fazer inclusão e não ter promoção da aprendizagem para esses alunos e alunas, mas estamos aguardando a resposta do Vereador, da reunião com o Secretário, muito bem encaminhada, aliás, pelo Presidente da Câmara como sugestão. Vereador Janta, o nosso voto “sim” é uma

confiança que V. Exa. poderá ajudar a sensibilizar o Governo, o Secretário Adriano e o Prefeito Marchezan a terem mais respeito, mais diálogo e também ceder em alguma coisa, porque só é possível o entendimento quando ambas as partes cedem; nós ouvimos essa frase do Presidente Cassio para o Prefeito, que o entendimento exige de ambos os lados e, portanto, nós queremos saber onde estará a mesa de diálogo e no que o Prefeito vai ceder. As direções de escolas e comunidades escolares já cederam e fizeram uma excelente proposta, e nós queremos uma resposta à altura.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 014/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, ao PLCL nº 341/13. Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 341/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Em votação o Requerimento nº 104/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PR nº 060/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 267/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 152/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassiá Carpes, o PLL nº 152/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM.**

A Sra. Mônica Leal (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 072/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 072/16. Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 072/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 072/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 179/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Sueli Ribeiro, Presidente da Associação dos Guias Turísticos de Porto Alegre.

O Sr. Dr. Goulart (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do meu mestre em Ginecologia, Prof. Gustavo Gomes da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h04min.)